



Sociedade e cultura na conjuntura rio-grandina: estudos históricos

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

124



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



Sociedade e cultura na conjuntura rio- grandina: estudos históricos



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Sociedade e cultura na conjuntura rio- grandina: estudos históricos



UNIVERSIDADE
AbERTA 
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**

2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2026

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Sociedade e cultura na conjuntura rio-grandina: estudos históricos
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 124
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Maio de 2026

ISBN – 978-65-5306-082-1

CAPA: BISTURI. Rio Grande, 24 fev. 1889.

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

SUMÁRIO

O segmento social dos industriais na cidade do Rio Grande e a imprensa / 11

Pobres e trabalhadores na cidade do Rio Grande ao final do século XIX: concepções da arte caricatural do *Bisturi* / 31

Patrimônio histórico X modernização – a questão em torno da reedificação da Matriz de São Pedro nos anos trinta do século XX / 63

A experiência de um clube do cinema na cidade do Rio Grande / 89

O segmento social dos industriais na cidade do Rio Grande e a imprensa

A representação de determinados segmentos socioeconômicos através da imprensa constitui um elemento extremamente comum nas sociedades onde se dá a prática do jornalismo e, no caso do Brasil isso não foi diferente, apesar do caráter tardio das práticas jornalísticas nesse país, cuja gênese só iria se dar no início do século XIX e, mormente, a partir da formação do Estado Nacional. Nesse quadro, a imprensa praticada no Rio Grande do Sul refletiu essa mesma característica, ou seja, jornais entabulados para um público específico. A cidade do Rio Grande, cujo jornalismo foi um dos mais proeminentes da Província, depois Estado, ao longo daquela centúria, também traduziu esse tipo de especialização junto às lides jornalísticas.

No Rio Grande, segmentos representativos da “indústria” promoveram algumas iniciativas no sentido de organizarem publicações através das quais manifestassem seus interesses e anseios. Ainda durante a primeira fase da imprensa rio-grandina, quando o jornalismo estava dedicado fundamentalmente ao debate político-partidário típico do I Reinado e do Período Regencial, refletindo o clima de fermentação da Revolução Farroupilha, circulou *O Propagador da*

Indústria Rio-Grandense, com uma proposta alternativa às práticas jornalísticas reinantes, buscando contribuir com o crescimento econômico da Província. Mais tarde, um outro exemplo de jornal representativo daquele setor social foi *O Trabalho Nacional* que circulou em outro momento conturbado da vida nacional caracterizado pela mudança na forma de governo e no qual, mais uma vez, a discussão política era predominante através da imprensa e, tal periódico, por sua vez, apresentava-se como uma folha das “classes produtoras”. Um breve estudo sobre esses dois representantes do periodismo rio-grandino constitui o objetivo deste trabalho.

O primeiro jornal ligado à indústria a circular na cidade do Rio Grande, foi *O Propagador da Indústria Rio-Grandense*, cujo surgimento, a 30 de janeiro de 1833, esteve associado à formação, no ano anterior, da Sociedade Promotora da Indústria da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, com sede na cidade do Rio Grande, tendo por objetivo o de promover o desenvolvimento econômico da Província. Interessada em divulgar suas propostas, a Sociedade procurou organizar um periódico, chegando a contratar, para esse fim um redator e a adquirir uma tipografia própria à confecção da folha, sendo que, a princípio ela foi editada na tipografia de Francisco Xavier Ferreira que, à época, publicava *O Noticiador*.

O periódico recém-fundado tinha por proposta publicar sobre a Barra, as importações e exportações e os anúncios dos subscritores, o que seria feito de forma gratuita. Era vendido por meio de assinaturas e suas quatro páginas saíam duas vezes por semana, chegando a ser distribuído, além de no Rio Grande, em São Francisco de Paula, em Porto Alegre e no Rio de Janeiro.

O Propagador adotou como divisa o pensamento: “*Le travail est l’âme du monde: sans lui tout périt, par lui tout prospère*”, ou seja, “O trabalho é a alma do mundo: sem ele tudo perece, através dele tudo prospera”.

O “Prospecto” de *O Propagador* foi publicado, à parte, ainda em 1832, anunciando o primeiro número para janeiro do ano seguinte. Aí estabeleceu alguns comentários sobre a agitada formação do Estado Nacional Brasileiro, e explicou a predominância, até então, do jornalismo de cunho político. Afirmava a folha que “desde a independência do Império, os prelos brasileiros têm sido quase exclusivamente ocupados por objetos políticos”, justificando que isso era até “necessário, porque a independência, a liberdade, as instituições e mesmo a existência política do Império têm sido constantemente ameaçados”, de modo que “os escritores públicos têm tido que combater ao mesmo tempo os restos do antigo despotismo, os vícios e os abusos radicados” de um “governo colonial e arbitrário” e “os excessos e reações da liberdade, muito ordinários em povo que sai da opressão”; além “da anarquia que circundava e invadia o território brasileiro”. Segundo o periódico, “o furor das facções e os erros da administração tinham que formar a opinião e que dirigir a infância inexperiente de uma nação” a qual “ainda não tinha passado por uma crise revolucionária e fazê-la marchar com segurança por entre os escolhos em que, por milagre, não se perdeu”.

Anunciava, entretanto, que esse tempo havia passado, estando “a liberdade e a independência seguras”; “a vertigem das dissensões” ia cedendo, dando lugar ao “espírito da ordem, da legalidade e da união”. Assim, o novo jornal, apesar da agitação que campeava

na Província, fazia uma pregação em nome da estabilidade, fundamental para o sucesso das atividades defendidas pela Sociedade Promotora. Segundo o periódico, era “tempo de dar aos ânimos uma nova direção” voltada “para a indústria e para o trabalho”, considerados como “elementos essenciais da riqueza pública e necessários meios de felicidade social”. Afirmava ainda que era o momento de se “fazer a transição das agitações da anarquia para o império da paz e da abundância”.

O “Prospecto” explicava também os objetivos da Sociedade Promotora da Indústria, formada a partir do “zelo de alguns cidadãos”, que, tendo “por vistas o bem público e para darem o necessário impulso ao desenvolvimento da riqueza pública”, reuniram seus capitais naquela instituição. Divulgava também os intentos da Sociedade, ao fundar o periódico: “propagar o espírito de associação, fazer amar o trabalho, divulgar alguns conhecimentos de Economia Política, Rural e Doméstica e dos processos industriais; dar as notícias comerciais que possam facilitar as transações”; e, conclusivamente, “promover os possíveis melhoramentos na riqueza pública da Província”.

O *Propagador* afirmava que não se dedicaria diretamente aos assuntos político-partidários, propondo-se a diversificar suas edições, tratando de atos e posturas políticas, somente quando os mesmos interessassem à economia, destacando, ainda no “Prospecto” que seriam “excluídos todos os objetos políticos”, e, “sobretudo, a polêmica dos partidos e personalidades”. Deixava claro, ainda, que teriam “lugar nas colunas do *Propagador da Indústria* alguns objetos de literatura e algumas doutrinas próprias para a conservação e

aperfeiçoamento da moral, assim como as notícias políticas, nacionais e estrangeiras, que possam influir no comércio”. Anunciava também que seriam “publicadas as leis e atos da administração que tiverem relação com a economia pública da Província”, além do que se lembraria de “algumas providências que exijam as suas necessidades”.

O periódico defendia que a “indústria” não deveria depender só e diretamente do governo, principalmente por causa dos problemas que a descontinuidade administrativa, gerada a partir de questões políticas, acarretava para as atividades produtivas. Sobre essa questão, a folha questionava: “Que seria da indústria do Brasil se ela dependesse da proteção de uma administração que tem sofrido, no seu pessoal, mudança sem conta e na qual um ministro zeloso e com os meios que lhe faltam”, somente “teria tempo para conceber alguns projetos dos infinitos melhoramentos que espera o vasto território brasileiro” (20 fev. 1833).

De acordo com suas propostas, *O Propagador* apresentava suas matérias amplamente direcionadas a assuntos ligados à economia, publicando também editais, anúncios e as seções “Comércio” e “Movimento do Porto”. A folha só tratou de temáticas políticas ocasionalmente, como no artigo intitulado “Moral aplicada à política”, publicado em um momento delicado, no qual a insurreição preparava-se, no qual fez um pronunciamento abertamente antimilitarista, argumentando que as atividades bélicas serviam para mascarar as arbitrariedades dos governos tirânicos e interesses pessoais e de grupos, através da manutenção de antigos privilégios. Apontava que no patriotismo

encontrava-se a superação e a defesa nacional, sendo que este superava amplamente a estratégia e a arte da guerra. Defendia ainda um sistema que garantisse a paz mundial, no qual o Brasil teria todas as condições de ser um elemento exemplar, desde que o governo cumprisse suas funções em termos de política externa e interna (8 fev. 1834).

Na sua última edição (8 mar. 1834), a folha continuava a defender a manutenção da estabilidade e, afirmava, em uma postura de conservadorismo social, que a única forma de garantir aquele elemento seria mantendo-se a legalidade e evitando-se a transigência extremada para com as camadas populares. De acordo com tal perspectiva, destacava que “o Brasil, livre do escolho da arbitrariedade e quase fora do mar tumultuoso das agitações populares, por efeito da firmeza na legalidade e pelo bom senso da maior parte da população”, teria “quase só a temer o baixio de uma demasiada condescendência para as exigências populares”.

Nesse mesmo artigo, buscava embasar suas afirmações, contrapondo o “patriotismo” e a “popularidade” entre os governantes, destacando que o grande culpado pela existência de elementos que, apesar de mal governarem, possuíam popularidade, era o povo, praticamente caracterizando-o como incapaz politicamente. De acordo com esta visão, o jornal defendia que “um povo é sempre fácil de enganar porque não raciocina e o instinto não basta para guia-lo”, pois “ele ama as ilusões e se presta às fraudes que se lhe querem fazer”, além do que, “o povo anima e eleva aqueles que querem abaixar-se até a mais vil adulação de seus excessos; deste comércio de lisonjas só resulta uma

depravação geral". Nesse sentido, perguntava se poderia "ficar inalterável a virtude pública no meio de uma tal reciprocidade de adulação e mentiras?", - e respondia, sustentando que "o mais desprezível dos mortais será o favorito da multidão se lisonjeia as suas paixões", de modo que "o homem dotado da razão mais reta professará as mais loucas opiniões, se o favor da multidão depender da ostentação dessas opiniões". Diante disso, concluía que era "uma mútua prostituição; os sofistas que alimentam a necessidade da adulação são ao mesmo tempo corruptores e corrompidos, eles recebem o reflexo dos vícios que difundem".

A situação financeira da folha já era precária em setembro de 1833. Seu último número saiu a 8 de março de 1834, visto que, além das dificuldades, seu redator teve de afastar-se da cidade do Rio Grande para ocupação de cargo público provincial. Nesse mesmo dia foi publicado um artigo onde era apresentada a justificativa da suspensão do periódico e apontadas as causas que prejudicaram a manutenção do mesmo. Segundo a redação de *O Propagador*, o primeiro desses fatores estaria ligado à "superabundância de riquezas e recursos naturais, que, quase sem o auxílio da arte", excediam "as necessidades da muito diminuta população, alimentando a indolência" e diminuindo a importância dada à indústria e ao trabalho; já a segunda causa seria "o estado político do Brasil, que convergia quase exclusivamente as atenções para a discussão das questões políticas".

O redator confirmava que os responsáveis pelo jornal eram conhecedores dessas dificuldades desde o início, mas que haviam insistido no valor do periódico, justificando que "todas estas causas nos eram desde o

começo conhecidas”, mas teria julgado “que uma publicação neste sentido, por maior que fosse a sua imperfeição e impopularidade, não seria de todo inútil, se com ela” fosse possível “distrair um pouco os ânimos da polêmica dos partidos, para os cuidados da produção”, além de “animar o espírito de associação, princípio de vida e de prosperidade das nações modernas” e “dar ao Império e aos estrangeiros uma ideia, ainda que incompleta, do crescimento progressivo desta importante Província”. Ainda a respeito destes objetivos, a folha destacava que pretendia “abrir uma nova carreira ao gênio e ao talento”, de forma a “dar uma mais útil direção aos espíritos e maior impulso ao amor do trabalho e à atividade que distinguem esta importante porção da Família Brasileira”.

Assim, apesar da curta existência e da abrupta interrupção, *O Propagador* acreditava ter atingido, pelo menos em parte, seus intentos, buscando manter a promessa original de “não pegar na pena para alimentar a discórdia e animar a irritação dos partidos”, fatores que reputava como as “mais poderosas das causas que retardavam o gigantesco crescimento deste vastíssimo Império”. Além disso, dizia orgulhar-se por não ter cometido nenhuma atitude para “ofender ou desacatar a nacionalidade brasileira” e por contribuir na “consolidação da ordem pública e da prosperidade geral”. Desse modo, revelava-se a limitação, naquele intrincado momento, da intenção de organizar-se um jornal neutro ou paralelo em relação aos conflitos políticos, ou ainda acima dos mesmos.

ANNO DE 1894

SABBAO 8 DE FEVEREIRO

NÚMERO 04.

O PROPAGADOR

DA

INDUSTRIA RIO-GRANDENSE.

*Le travail est l'ame du monde : sans lui tout
perit, par lui tout prospere* BLANQUI.

VILLA DO RIO GRANDE 1894. NA TYP. DA SOCIEDADE PROMOTORA DA INDUSTRIA RIO-GRANDENSE.

MORAL APPLICADA A POLITICA.

CONTINUAÇÃO DO N. ANTEREDEDENTE.

Os entusiastas de politica guerreira inculcáo os exercitos como huma garantia da liberdade, e como o unico e seguro meio de repellar os inimigos externos, e manter a tranquillidade interna: mas a Historia infelizmente, e com frequencia, os apresenta como os sustentáculos da tyrannia, e como os ordinarios instrumentos da oppressão e da violação dos direitos e publicas liberdades. Nem a permanencia dos exercitos os exercicios belicos, e os habitos marciaes, são tão necessários para a defesa das Nações como querem persuadir, talvez tendo mais em vista a conservação de antigos privilegios, e exclusivo predomínio, do que a causa publica e a defesa Nacional. Na presença do perigo o patriotismo inspira o valor e a sagacidade natural tem muitas vezes supprido a strategia e os vastos conhecimentos da arte da guerra: Cincinnato trocando a charrua pelo bastão do General, e do Dictador; Vercinto vencendo a disciplina e as phalanges dos dominadores do Mundo; Camarão e Vieira com seu valor e constancia superando as forças e a pericia dos Batavos, e expulsando seus exercitos e armadas do solo e praias Brasileiras; e mais recentemente, na Peninsula Iberica, o paizano Espoz e Mina, medindo a sua espada victoriosa com os habéis generaes, que virão as gloriosas campanhas do Pá do Alto, do Reno, do Nillo, e do Danubio; estes e outros exemplos de todas as idades mostram athe que ponto o esforço civico pode supprir os conhecimentos guerreiros, e a existencia permanente dos exercitos, quando a guer-

ra se limita ao seu unico fim legitimo, a defeza da Nacionalidade amagada.

A philosophia social e o amor da humanidade tem inspirado a philanthropien idea de hum systema de paz universal, e de hum grão de civilisação, em que as questões politicas dos Estados, verdadeiros duelos, fossem submettidos as leis do processo, e a deciso de hum tribunal universal, cujo alto e sublime officio fosse a applicação do Direito publico e das Gentes as questões individuaes dos Povos e dos Governos, o julgamento das dissensões das diversas familias do genero humano, sem o fatal recurso da sorte das armas, e da força dos exercitos; idea consoladora, e sublime, que a insaciavel ambição do dominar, o miseravel sentimento da rivalidade, e o espirito lúcido da tyrannia dos Governos arbitraios tem feito classificar entre as utopias, e as quimericas concepções da imaginação! Contudo o Brasil, fora da politica continental da Europa, defendido pela vastidão do Occiano, e pela impensabilidade de seus matas, ellevadas cordilheiras, vastas campinas, e imensos rios; e mais do que tudo pelos proprios interesses do mundo commercial; o Brasil, dizemos, a que a natureza liberalizou tantas e tão exclusivas vantagens, pode realizar aquelle voto philanthropico, e anteciper essa idade de paz, esse interperio do bem, que para os outros Povos só deixará de ser hum sonho, quando a successão dos seculos, os progressos da civilização, e a revolução dos principios, forçar os governos a desistirem de sua politica oppressiva, violenta, e devastadora. Presista o Governo Brasileiro nos principios adoptados; use sem excepção da franqueza e da boa fé nas relações da politica externa, cumpra com rigor e exactidão, como athe agora, as obrigações contrahidas, mantendo, sug-

Mais de meio século depois, um outro jornal ligado aos segmentos produtores passou a circular no Rio Grande. Era *O Trabalho Nacional*, que foi criado a 9 de setembro de 1889, por dispositivo estatutário que o tornava “órgão da Sociedade Agrícola-Industrial da Cidade do Rio Grande”. Era um semanário de quatro páginas impressas na Tipografia do *Eco do Sul*, distribuído de forma gratuita aos membros da Sociedade e, para os demais, vendido por assinaturas. Como folha das “classes produtoras”, apresentava uma razoável quantidade de anúncios, dentro dos parâmetros da pequena imprensa, na qual esteve inserida.

Na primeira edição, apresentou-se ao público, assim como descreveu os objetivos da Sociedade que o mantinha, afirmando: “O título que adotamos para este modesto conviva da publicidade rio-grandense define no seu eloquente laconismo os fins e propósitos que aconselharam ou sugeriram a ideia da sua criação”. Nessa linha, anunciava que “órgão da Sociedade Agrícola-Industrial desta cidade, *O Trabalho Nacional* vem pugnar pelos interesses das classes produtoras”, bem como “contribuir, na medida de suas forças, para o desenvolvimento das nossas atividades agrícolas, industriais e artísticas, formas múltiplas do trabalho pátrio”.

O periódico apontava a importância das “atividades produtivas”, considerando “mais ricos e mais felizes os povos” que produziam e podiam “pelo próprio labor prover as necessidades de sua subsistência e as exigências sempre crescentes do seu bem-estar”. Justificava suas asserções, argumentando que “a história da civilização e progresso dos povos”, que estavam exercendo “no mundo acentuada preponderância

industrial, não era senão a gloriosa apologia do trabalho e da iniciativa”.

O periódico elaborou ainda críticas à política econômica governamental, considerando-a, em muitos casos, prejudicial às atividades produtivas. Na relação, livre-cambismo X protecionismo, acusava o governo de criar “peias às nascentes indústrias” nacionais, enquanto que as “tarifas aduaneiras consagravam o princípio da proteção, mas em exclusivo benefício das similares estrangeiras”, de maneira que, “em tais condições, era absolutamente impossível o desenvolvimento do trabalho nacional”. Considerava igualmente que “a agricultura e as artes manuais” tinham também uma “existência precária, contaminadas do funesto raquitismo que enervava e esterilizava o espírito da iniciativa”, desarmando “as coragens do ânimo para os empreendimentos de mais ousado porte”.

Diante desse quadro, o periódico surgia também como uma forma de protestar, afirmando, ainda na primeira edição, que, em tais “circunstâncias, O *Trabalho Nacional* nasce como um protesto suscitado pela inércia e injustificável indiferença” de parte “dos nossos governos diante dos vitais interesses da porção da sociedade que trabalha e produz”, explicando que viveria “exclusivamente para a honesta propaganda, que já começa a robustecer nas classes laboriosas a nobre consciência do que valem e significam na ordem dos elementos de progresso nacional”. Anunciava ainda que, através dele, “as classes produtoras congregam-se em torno da vitoriosa ideia da dignificação do trabalho nacional” assim como “da reivindicação dos direitos inerentes a sua condição de principais fatores do engrandecimento e riqueza produtora do país”.

O *Trabalho Nacional* afirmava ter “uma só política – a do trabalho; e uma só bandeira – a do progresso das indústrias e das artes”. Além da promoção das ideias e a defesa dos interesses das “classes laboriosas”, o jornal exercia um papel informativo em relação a elas, através da publicação de matérias como, por exemplo: “Proteção e livre câmbio”, “Seção Agrícola”, “A fibra ‘ramie’”, “Exposição em Hamburgo”, “Exposição em Paris”, “Proteção à indústria”, “Proteção à agricultura”, “A Exposição Rheingantz” e “Mais uma indústria”.

O periódico manifestou grande preocupação com a política tarifária nacional, como no artigo “O que queremos”. Nele explicava que “reclamando proteção para o trabalho nacional, estamos muito longe de pretender a adoção de um regime que cerre todas as portas às manufaturas estrangeiras, consagrando o principio absoluto da escola protecionista”. Destacava ainda que “a nossa questão, o nosso ideal consiste num sistema no qual sejam racionalmente conciliados os interesses das classes produtoras nacionais e os das indústrias estrangeiras, que não tenham ou não possam ter congêneres no país” (30 set. 1889).

O *Trabalho Nacional* pronunciou-se contrariamente ao sistema tributário empregado no país, através do artigo “O trabalho e o imposto”, no qual apontava que era “indispensável o exato equilíbrio entre ambos”, visto que, quando havia predomínio do imposto sobre o trabalho, operavam-se “quase sempre reações que desorganizavam, modificavam ou transformavam as sociedades”; e o agravamento daquela defasagem poderia levar o trabalho a ficar “definhado e de tal modo empobrecido, que não poderia corresponder

ao mais ínfimo dos tributos”, não havendo como garantir o próprio sustentáculo da sociedade. Assim, avisava indiretamente aos governantes que todo país o qual possuísse “uma boa administração pública, visando à prosperidade de seus contribuintes”, sempre estabeleceria “os seus fundamentos na franca proteção ao trabalho, primordial motor e único sustentáculo de sua própria atividade” (7 out. 1889).

Com a proclamação da República, o jornal afirmava que continuaria a defender seus objetivos iniciais e que as classes laboriosas confiavam na manutenção da estabilidade com a nova forma de governo. Anunciava a folha que “a proteção ao trabalho é um dos princípios que faz o objeto da nossa constante pugna; a mais elevada, quase a única aspiração que possuímos”, de modo que, “satisfeita ela, como associação, fica satisfeita a nossa política; mas, desatendida, não cessaremos nunca de pugnar”. Demarcava também que julgava, à “vista da ordem pública, no meio dos últimos acontecimentos, que bastante devem esperar as classes produtoras do regime que o país assumiu”, de maneira que deveriam ficar afastados “todos os receios que preocupavam os espíritos mais precavidos com a futura estabilidade do Brasil” (25 nov. 1889).

Um dos elementos mais constantes, em boa parte das edições de *O Trabalho Nacional*, foi o combate ao contrabando, traduzindo, assim, um interesse comum às praças do litoral, principalmente Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, que há muito reivindicavam medidas governamentais coercitivas ao comércio ilícito praticado na fronteira. O governo imperial, para obter esse intento, colocou em prática uma “tarifa especial” que criava

condições diferenciadas e favoráveis aos produtos rio-grandenses, buscando diminuir a prática do contrabando. Quanto a essa tarifa, o periódico considerou-a insuficiente e até prejudicial a alguns setores da nascente indústria (16 set. 1889).

As críticas continuaram no artigo “Repressão e não paliativos inúteis”, no qual destacava que o contrabando continuava “a invadir desassombradamente as fronteiras”, além do que a importação mantinha-se “estacionária num movimento indicativo de frouxa vitalidade mercantil e as rendas aduaneiras decresciam de mês a mês”. Denunciava então que “estes fenômenos claramente demonstravam a imprestabilidade dos meios indiretos contra a invasão do contrabando”. De modo que “as circunstâncias excepcionais da Província exigiam um sistema de repressão pela força, baseado no princípio da criminalidade do contrabandista e não os paliativos” até então “empregados, em evidente prejuízo das classes industriais” (7 out. 1889).

Com a nova forma de governo, se formaria um aparelho fiscal e policial, tendo por função a repressão incondicional ao contrabando. Porém, mesmo diante dessa política repressiva mais direta, *O Trabalho Nacional*, mais uma vez traduzindo a continuidade da insatisfação das praças do litoral, que se colocavam na posição de praticantes do “comércio lícito”, considerou falhas as novas medidas, bem como criticou a suspensão da tarifa especial, apontando que somente a ação simultânea daqueles dispositivos poderia surtir melhores efeitos.

Tais manifestações foram expressas no artigo “Contrabando”, no qual era explicado que o “assunto das grandes conversações comerciais atualmente” estava

ligado ao “contrabando, e não nos surpreende a preocupação que o comércio lícito possa ter sobre a eficácia das medidas que o governo vai pôr em execução a esse respeito”, uma vez que, o “clamor levantado contra deficiências da nova lei de repressão teve”, entretanto, “um outro fim que não pode ser oculto pelos próprios agitadores da questão, pois a permanência da tarifa especial intacta era o único meio de tornar eficaz essa lei” (24 fev. 1890).

Ainda com relação ao contrabando e à instalação das zonas fiscais de repressão, o periódico lembrou, “a conveniência do governo convocar, para a capital do Estado, uma reunião dos membros do comércio de todas as localidades interessadas, com os chefes das repartições fiscais”, para que estudassem e tomassem “melhores medidas que evitassem o contrabando, pondo termo à questão odiosa que se levantou entre o comércio do Estado” (12 abr. 1891).

Já ao final de sua circulação regular, *O Trabalho Nacional* renovava seus princípios como defensor do trabalho, apontando-o como o único caminho para o progresso da sociedade e fazendo uma associação entre trabalho e liberdade, ao defender que “sem o trabalho, a vida não tem expansão, é toda dificuldades”, de forma que, “restrição de alimento corporal, alma da economia; desprovemento de confortos que dão suavidade à existência; cerceamento de liberdade, que degrada tanto um povo” seriam “as consequências da indiferença ou do menosprezo pelo trabalho”. E, a esse respeito, concluía: “Os povos mais livres são os mais laboriosos, assim como os povos mais trabalhadores são os que adquirem mais direitos de liberdade. Só o trabalho constitui o homem digno e independente” (26 out. 1890).

Desse modo, *O Trabalho Nacional* representava os interesses dos produtores, ligados à agricultura e à indústria, que, reunidos em associação, buscavam defender suas ideias e difundir suas práticas, intentando também promover a ordem pública e a estabilidade político-social, elementos fundamentais para o avanço dos empreendimentos econômicos daqueles setores. Esse órgão das “classes laboriosas” circulou regularmente até outubro de 1890, a partir daí, foram publicados números avulsos, de modo esparso, até abril de 1891.

SOCIEDADE E CULTURA NA CONJUNTURA RIO-GRANDINA: ESTUDOS HISTÓRICOS

O TRABALHO NACIONAL

Órgão da Sociedade Agrícola-Industrial da cidade do Rio Grande

ASSIGNATURA

Semestre \$5000

GRATIS AOS MEMBROS DA SOCIEDADE

ASSIGNATURA

Trimestre \$3500

ANNO I

SEGUNDA FEIRA 23 DE SETEMBRO DE 1899

N. 3

Para os annuncios com que as Srs. associadas ou outros Srs. industrias quizerem favorecer o nosso jornal, deverão entender-se com a redacção da «Gazeta Mercantil.»

O TRABALHO NACIONAL

Protecção ao trabalho

A exposição municipal, levada a effeito nesta cidade, pôz em evidencia um facto altamente lisonjeiro para as industrias e as artes locais.

O Rio Grande produz tecidos de lã e algodão em condições de poder dispensar a importação dos similares estrangeiros; os fabricantes de calçado lograram uma tal perfeição nos seus trabalhos, que estes já são preferidos aos francezes; finalmente, a industria de cortume, a marcenaria e as artes mechanicas apresentaram tão irrecusaveis attestados do seu adiantamento, que chegaram a surpreender a expectativa dos milhares de visitantes que compareceram ao auspicioso certamen.

Certo é, porém, que do festim industrial apenas resta a gloria; com pequenas excepções as industrias e as artes que n'elle se fizeram representarahi arrastam a mesma precaria existencia de outrora, em luta aberta com a invasão triumphante do trabalho estrangeiro, subsistindo das migalhas que escapam á avariz de commercio importador.

Esta situação procede da impossibilidade em que as nossas actividades productoras se encontram para fazer face airozas ás similares da velha Europa, que tendo a seu favor o combustível e o braço excessivamente baratos, ainda contam

a significativa vantagem de uma liberação fiscal, adquirindo, introduzido da preoccupação dos nossos governos a respeito das illusorias vantagens do *livre-cambio*.

Nós estamos convencidos de que a applicação de semelhante systema somente serve para impedir o desenvolvimento do trabalho nacional. Nenhum paiz deu o exemplo que nós exhibimos, de abrir todas as fronteiras ao accesso da produção industrial e artistica estrangeira, sem nós acharmos preparados para a concurrencia.

Podiamos perfeitamente dispensar a importação de um sem numero de productos, sem maiores prejuizos ou gravames para o consumidor, se os nossos legisladores comprehendessem que, no fim de contas, as preconizadas vantagens do *livre-cambio* só aproveitam ao importador. Em geral o consumidor, seduzido pela apparente conveniencia do *mais barato*, paga um pesado tributo á sua ingenua ignorancia, adquirindo por 10 um objecto fabricado *pour l'exportation* e cujo similar nacional, comprado por 11, sahiria mais barato, attentas as suas condições de solidez e durabilidade.

Longe estamos de negar a superioridade de muitos productos de elaboração estranha, e é por isso que desejaríamos ver o Brazil dotado de uma tarifa que, sem ser baseada na consagração absoluta de qualquer theoria economico-politica, facilitasse a importação dos productos que não podemos fabricar em condições satisfactorias, protegendo os nacionaes, que, identicos em qualidade aos similares estrangeiros, pudessem ser produzidos pela introdução d'estes.

Aqui, no Rio Grande, e digamos em toda a provincia, ha

industrias para cujo amplo desenvolvimento bastaria elevar um pouco os direitos de importação sobre os productos das congeneres europeas. Por exemplo: as de tecidos e calçados, que se debatem n'uma competencia desalentadora.

Estando, como effectivamente estamos, na infancia industrial, carecemos, se não de leis inteiramente protectionistas, pelo menos dos *favores* que nenhum governo pratico e consciente do que vale e significa o desenvolvimento do trabalho nacional, pode negar áquellas actividades que hajam assumido certa importancia e que sejam capazes de produzir o necessario para o consumo interno.

SECÇÃO AGRICOLA

Erratas d'esta secção no numero anterior. Na 2ª linha do 1º periodo, leia-se: *horto-vinicultura*, por *horto-vinicultura*.

Na 1ª linha do 9º periodo, leia-se: *depressão*, por *de pressão*. Na 3ª linha do 15º periodo, leia-se: *em que a sorte, etc.*, por *com que, etc.*

Na 6ª linha do 15º periodo, leia-se: *e mal cuidando*, por *o mal cuidado*.

Na ultima linha do 15º periodo, leia-se *perdida* por *perdido*.

III

Illa dos Marinheiros

Estes despretenciosos arrazoados vão com vista unica e exclusivamente aos proprietarios da ilha, e não aos rendeiros, que, com mais ou menos razão, pouco lucram com certos augmentos da propriedade; mormente quando para isso têm que contribuir com despeza e tráfego, para um serviço que lh-

Esses dois periódicos não foram as únicas publicações rio-grandinas que representaram as atividades “industriais”, porém constituem excelente exemplo da especialização da imprensa no sentido de atender a interesses de um setor específico da sociedade, ou seja, periódicos elaborados a partir dos segmentos produtores e destinados a esse mesmo público alvo. Órgão da Sociedade Promotora da Indústria da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, *O Propagador da Indústria Rio-Grandense* manifestou os interesses dos proprietários vinculados a uma “indústria” profundamente ligada às atividades primárias que representou, ao longo de décadas, a base da economia gaúcha, calcada na produção do charque. Já *O Trabalho Nacional*, periódico da Sociedade Agrícola-Industrial da Cidade do Rio Grande, trazia à tona os anseios tanto dos proprietários rurais quanto daqueles das indústrias já em formação junto à comunidade rio-grandina.

Defensores das ideias e atitudes de seus promotores, esses jornais tiveram por característica primordial e em comum o fato de terem circulado em momentos de grave crise político-institucional no país e na (o) Província/Estado, respectivamente às épocas da formação do Estado Nacional e da transição Monarquia-República. Enquanto a maior parte das publicações preocupava-se com a divulgação e/ou a discussão sobre as disputas no campo partidário-político, tanto *O Propagador da Indústria* quanto *O Trabalho Nacional* se esforçaram em promover à retomada da tranquilidade pública, as garantias institucionais e, basicamente, a

SOCIEDADE E CULTURA NA CONJUNTURA RIO-GRANDINA:
ESTUDOS HISTÓRICOS

estabilidade econômica, fundamentais à execução dos intentos daqueles “industriais” rio-grandinos¹.

¹ Publicado originalmente em: *Indústria e comércio na cidade do Rio Grande: estudos históricos*. Rio Grande: FURG, 2001. p. 85-96.

Pobres e trabalhadores na cidade do Rio Grande ao final do século XIX: concepções da arte caricatural do *Bisturi*

A prática do jornalismo nem sempre constituiu uma atividade lucrativa levando-se em conta o Brasil do século XIX. Mesmo nos jornais diários, às vezes apontados como representantes da “grande imprensa” ou ainda da “imprensa burguesa” – denominação nem sempre acertada, em se tratando da estrutura jornalística daquela centúria, em meio a qual predominaram as empresas tipográficas, mantidas por fundos individuais ou familiares, e não a “indústria jornalística”, típica do século XX –, em que as estruturas de sustentação econômico-financeira eram mais bem estabelecidas, garantidas pela venda de assinaturas e números avulsos, além da publicação de material publicitário, o lucro em larga escala não chegava a ser fator determinante na maioria dos casos. Em se tratando da pequena imprensa, ou seja, os periódicos pouco perenes, com circulação e distribuição irregulares e pouca estruturação financeira, o jornalismo muitas vezes significava uma atividade artesanal e/ou amadora, servindo no máximo como uma forma de sustentação de seu promotor.

Na cidade do Rio Grande do século XIX, na qual o jornalismo acompanhava a contento as

características daquele praticado nas maiores cidades do país, também havia a dicotomia entre a imprensa diária e a pequena imprensa. Nessa última trabalhavam, entre outros, escritores em início de carreira; funcionários de jornais diários; testas-de-ferro de políticos que se utilizavam da pasquinagem para atingir seus adversários; indivíduos empreendedores que através de atividades unipessoais, familiares ou representando um setor específico da comunidade – como grupos de trabalhadores, religiosos, políticos, artísticos, literários, buscando executar um jornalismo especializado, ou seja, aquele que visava a atingir um público alvo predeterminado –; e/ou, finalmente, aqueles que, apesar de toda a precariedade, buscavam tirar das lides jornalísticas o seu sustento.

Nesse último caso, estiveram alguns jornalistas – ou escritores públicos, denominação que permaneceu por longo tempo – que, vencendo enormes sacrifícios e obstáculos profissionais, buscaram montar uma estrutura, ainda que artesanal, para executar suas atividades. Possuir uma oficina própria, nem sempre significava ser um detentor dos mecanismos de produção, no sentido mais amplo, ou seja, ter um empreendimento gerador de rendas, com um certo número de trabalhadores ao seu serviço, pois, muitas vezes, o proprietário do jornal consistia no único responsável por todas as funções na elaboração do periódico, não havendo recursos disponíveis para a contratação de ajudantes ou funcionários, e, portanto, tendo aquele de assumir desde a redação, passando pela impressão e chegando à distribuição de sua folha.

Exemplo marcante desta pequena imprensa foi o jornalismo caricato, praticado no cenário rio-grandino

das três últimas décadas do século XIX. Dentre os representantes dessa imprensa, os semanários ilustrado-humorísticos estiveram entre aqueles que atingiram maior popularidade, o que lhes garantiu certas condições de sobrevivência por um tempo um pouco maior que o normal e uma qualidade gráfica diferenciada para os padrões da época. Isso não significava, no entanto, uma vitória completa sobre os obstáculos constantemente antepostos à pequena imprensa, havendo sempre os problemas dos colaboradores – aqueles que adquiriam assinaturas – inadimplentes e da crônica falta de material publicitário. Além disso, os caricatos faziam questão de designarem a si mesmos como não representantes da imprensa dita “séria”, o que lhes garantia o direito de utilizar sobremaneira a crítica, o humor e a ironia como nortes editoriais, mas a liberdade tinha o seu preço, sofrendo com a falta de anúncios, pois, em geral, os empresários não gostariam de ver seus produtos associados aquele gênero jornalístico “pouco sério”, e com um controle das autoridades públicas, algumas vezes, rigoroso e coercitivo².

² Sobre a caricatura rio-grandina, ver: ALVES, Francisco das Neves. A imprensa caricata rio-grandina ao final do século XIX. In: *Anais da XVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba: SBPH, 1997. p. 253-6.; ALVES, Francisco das Neves. *A pequena imprensa rio-grandina no século XIX*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1999. p. 165-245.; e ALVES, Francisco das Neves. *Imagens e*

Um dos indivíduos que se lançou à empreitada da caricatura na cidade do Rio Grande, encarando-a como uma profissão, primeiro como desenhista em outras folhas e, posteriormente, editando seus próprios impressos, inclusive em uma oficina de sua propriedade, foi Thadio Alves de Amorim, um dos mais atuantes caricaturistas rio-grandinos que trabalhou nos periódicos *O Amolador*, *O Diabrete*, *Maruí*, *Semana Ilustrada* e *Bisturi*, sendo o proprietário destes três últimos³. O mais importante hebdomadário que Amorim editou foi o *Bisturi*, folha que se manteve como publicação de circulação constante entre 1888 e 1893. Semanário de boas feições gráficas, o *Bisturi* acompanhou muito proximamente o processo de transição Monarquia-República, tendo na política o seu norte editorial, e traduzindo através de suas páginas os marcantes acontecimentos de então, com uma opinião firme e uma postura político-partidária bem definida, alinhando-se aos liberais gasparistas e colocando-se em ferrenha oposição e resistência ao sistema castilhista, o que lhe custaria severas perseguições e, inclusive, o

símbolos: a caricatura rio-grandina e o discurso político-partidário no século XIX. Rio Grande: FURG, 1999.

³ A respeito de Thadio Alves de Amorim, ver: FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata no Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962. p. 159-195; FERREIRA, Athos Damasceno. *Artes plásticas no Rio Grande do Sul (1755-1900)*. Porto Alegre: Globo, 1971. p. 333-335 e 341.; ALVES, Francisco das Neves. *Uma introdução à história da imprensa rio-grandina*. Rio Grande: FURG, 1995. p. 124-148.

desaparecimento como folha de circulação regular⁴. Essa ampla dedicação à política não deixou em aberto, no entanto, outros tipos de análise da parte de Thadio Alves de Amorim em seu impresso caricato, direcionando-se ainda, sempre com o espírito crítico, a enfocar vários elementos da vida local, regional e nacional de então, com destaque para a crítica social e de costumes.

Ainda que não se identificasse ele próprio com a figura do trabalhador, ou seja, ele não era um operário, ou um artista, como se convencionava chamar à época, afinal chegou a ser o proprietário de seu estabelecimento que, ainda que praticamente artesanal, garantia o seu sustento e o da sua família, Thadio Alves de Amorim revelou significativamente em seus projetos editoriais uma preocupação com as desigualdades sociais e com os desvalidos e/ou alijados diante das estruturas socioeconômicas vigentes. Sua visão de mundo, reflexo de sua posição social, estritamente não tão próxima da base da pirâmide, entretanto, não era a do indivíduo que pretendesse uma ruptura do *status quo*, mas sim a de executar o papel de um fiscal moralizador, aquele que, pairando acima dos problemas, denunciava os desmandos, o abandono das autoridades competentes e os desvios sociais para com os menos favorecidos.

Nesse sentido, mesmo que o *Bisturi* tenha constituído uma folha com um discurso político-partidário bem definido, no que tange à crítica social, Thadio Amorim incorreria em uma perspectiva mais

⁴ No que tange ao *Bisturi*, ver: ALVES, Francisco das Neves. O *Bisturi*: imprensa oposicionista na cidade do Rio Grande (1888-1893). In: ALVES, F. N. & TORRES, L. H. (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993. p. 53-63.

generalista, sem deixar de criticar o status quo social. A partir desse enfoque no que se refere ao tema social, o *Bisturi* conduziu suas asserções e caricaturas em direção a aproximar-se da construção de um “discurso do senso comum”⁵. Dessa maneira, o discurso orientava-se para criticar certas condições – às vezes circunstanciais/pontuais, às vezes mais conjunturais – presentes na sociedade, mas sem necessariamente visar a um maior engajamento ou comprometimento com a luta por mudanças nas estruturas sociais, constituindo uma crítica cuja finalidade era emitir opiniões, “criticando, sugerindo, ironizando, corrigindo e remoçando a conjuntura observada”⁶. Isso não invalida o olhar crítico de Amorim, pois, ao contrário, o mesmo servia para chamar atenção para os problemas e, principalmente, denunciar a falta de atitude, por vezes o desprezo, dos governantes, para com os interesses e necessidades dos não-privilegiados.

Por várias vezes, o *Bisturi* fez referências às desigualdades sociais e às precárias condições de sobrevivência dos menos favorecidos. Os preços altos dos produtos básicos, o abandono dos pobres e desvalidos, as precariedades que cercavam os trabalhadores e a falta de providências e o descaso das forças governativas para com tais segmentos sociais foram temas recorrentes nas denúncias do semanário. Em manifestações da classe trabalhadoras, como no caso

⁵ PINTO, Céli Regina. A sociedade e seus discursos. In: *Com a palavra o senhor Presidente José Sarney*. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 43.

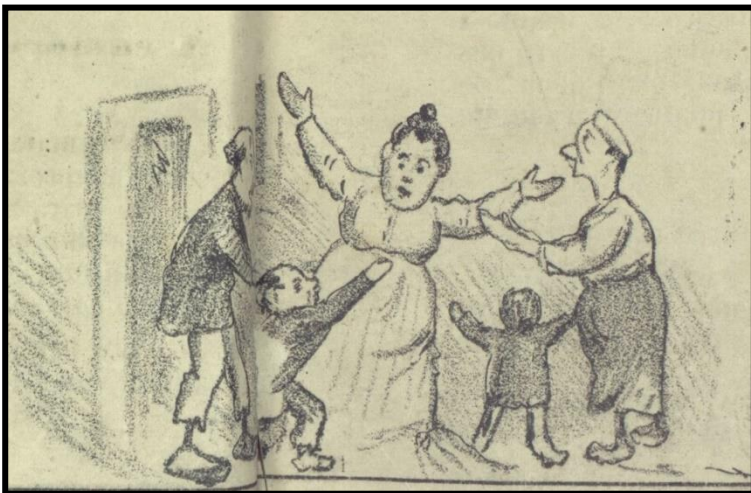
⁶ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 177.

das greves, a publicação ilustrada colocou-se ao lado dos trabalhadores. Suas observações incisivas, irônicas e sarcásticas buscavam levar à reflexão sobre as demandas sociais desses setores desassistidos.

A presença da pobreza na cidade do Rio Grande foi um tema recorrente nas páginas do *Bisturi*, e um desses casos, exemplificativamente, foi a questão dos imigrantes, que chegavam às terras sul-rio-grandenses por meio desta urbe portuária, ficando alguns deles entregues à própria sorte nas ruas citadinas. Em um desses registros, a ilustração mostrava “os míseros imigrantes” que, “para não morrerem de inanição”, recolhiam-se “à Santa Casa de Misericórdia”, encontrando-se às portas dessa instituição de assistência buscando recursos para sua sobrevivência. Por outro lado, alguns deles buscavam o caminho da mendicância, andando “de porta em porta, implorando a caridade pública”, o que era considerado pelo periódico como uma “maravilha da nossa atual situação” (24 fev. 1889). A circunstância era repetida, em desenho no qual o semanário mostrava de forma crítica os “imigrantes pedintes”, que pediam nas “casas, ruas e praças” (7 abr. 1889).



SOCIEDADE E CULTURA NA CONJUNTURA RIO-GRANDINA:
ESTUDOS HISTÓRICOS





Nas abordagens acerca dos segmentos desfavorecidos da sociedade, ainda que os políticos fossem os personagens mais marcantes nas páginas do *Bisturi*, os pobres e trabalhadores também recebiam algum espaço mesmo que a eles fosse dedicado um discurso mais generalizante. Na cidade do Rio Grande, no final do século XIX já se enraizava um desenvolvimento industrial significativo, com a instalação de algumas fábricas, das quais adveio um incremento no número de operários. Assim, as primeiras fábricas de tipo moderno surgiram principalmente na cidade-porto do Rio Grande, tendo em vista a posição da mesma na navegação de cabotagem, sendo um dos polos estratégicos do comércio colonial, em especial com a região Rio-São Paulo. Eram “grandes indústrias”, com uma alta concentração de capital e de força de trabalho e,

dentre elas, teve destaque a indústria têxtil, com relevo para a fábrica União Fabril, fundada por Rheingantz – nome pelo qual a empresa ficaria mais conhecida – e que, crescendo em produção e número de empregados, chegou a contar com novecentos operários trabalhando em suas máquinas ao final do século⁷.

Essa massa de trabalhadores da Fábrica Rheingantz passou por várias fases de organização interna, resultando em certa arregimentação de forças em torno de suas necessidades e reivindicações. Isso levaria tais operários a um pioneirismo em se tratando da edificação de um movimento grevista no contexto sul-rio-grandense, organizando-o ainda na década de oitenta. Esse movimento precursor ocorreu em 1890, surpreendendo por seu grau de organização e sua abrangência e mobilização, tendo sido precedido por articulações e reuniões que definiram as reivindicações, as quais foram encaminhadas através de comissões aos patrões. Possuía, assim, uma comissão de negociação e uma de vigilância, para evitar eventuais fura-greves. A manifestação grevista parou totalmente a fábrica, incluindo mulheres e crianças, durante uma semana, na qual os operários se articularam de forma a visitar redações de jornais, buscando apoio e intermediação na negociação de modo a obter a aceitação de parte da opinião pública⁸, revelando a importância da imprensa de então como órgão de difusão de ideias e opiniões.

⁷ HARDMAN, Foot & LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1991. p. 129.

⁸ LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Ed. da UFPEL, Rede Unitrabalho, 2001. p. 302-3. Também sobre os movimentos

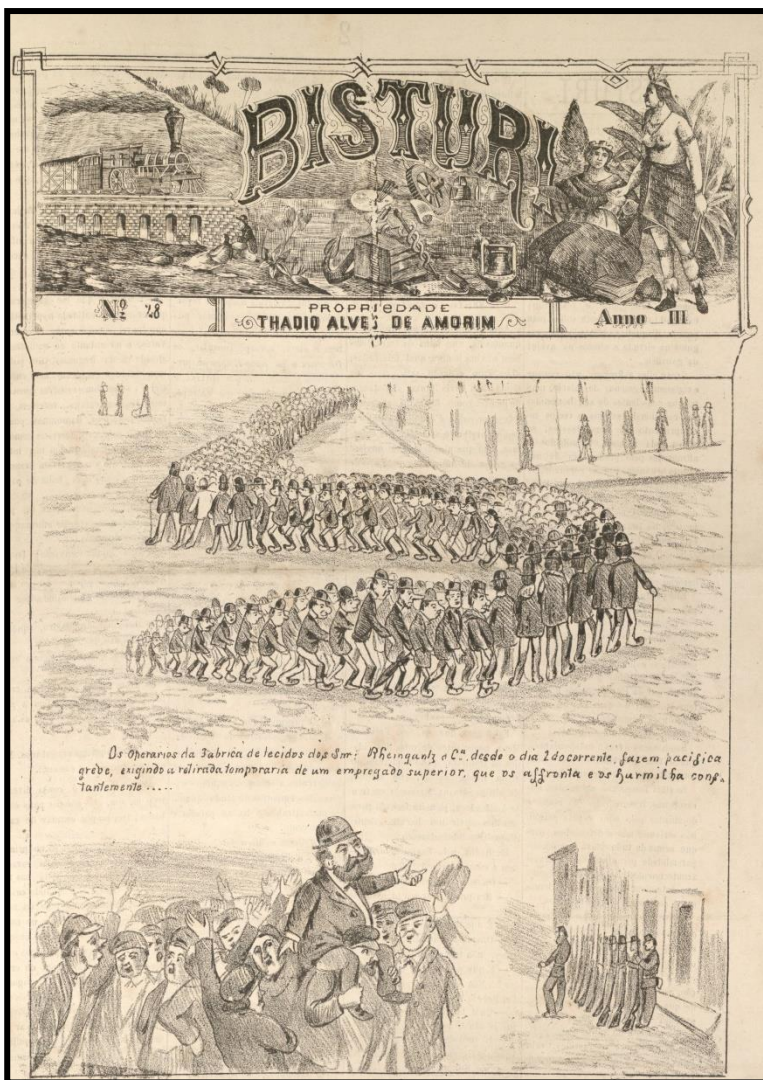
Nesse quadro, a greve dos operários da Rheingantz derivou sua importância do fato de ser a primeira greve em setor fabril do Estado, ocorrendo em uma empresa importante e com um viés paternalista demarcado, assinalando a revolta dos tecelões frente ao comportamento do inspetor que os atormentava com multas abusivas e humilhações, às vezes não lhes passando material para trabalhar, o que também demarcaria uma motivação pecuniária. Nesse movimento houve paternalismo no tratamento da greve pela imprensa e submissão na atitude dos operários que, abrindo mão de sua reivindicação inicial, aceitaram esperar a decisão do patrão, quando de sua volta da Europa, de modo que o fim da greve marcou uma divisão do operariado, pois, enquanto a maioria voltou ao trabalho, alguns, dentre os quais os líderes, não retornaram⁹. Sobre essa greve o *Bisturi* iria se manifestar inicialmente na sua edição de 6 de julho de 1890.

Ao descrever o movimento grevista, o *Bisturi* posicionou-se favoravelmente ao mesmo, tendo em vista o seu caráter pacífico. Descrevia o hebdomadário que “os operários da fábrica de tecidos fizeram greve”, sendo a mesma “pacífica, sem as exaltações das greves inglesas, sem os gritos rancorosos contra o feudalismo dos grandes industrialistas da terra de John Bull”, ou seja “as sanguessugas vorazes do operário, honesto, inteligente e resignado”, o qual era “esmagado

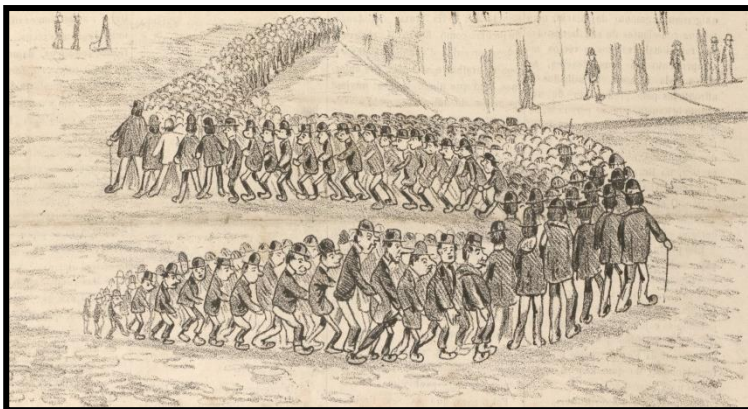
grevistas da época, no contexto regional, ver: PETERSEN, Sílvia R. Ferraz. As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S. (orgs.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 277-327.

⁹ LONER. p. 306.

constantemente sob a pata pesada daqueles *mastodontes*, esguios na virtude e obesos na avidez da ganância". Justificava as intenções dos grevistas, explicando que assim agiam, não por um aumento salarial, "mas porque conscientes de sua honestidade profissional, zelosos e retos no cumprimento dos seus deveres", viam-se "a toda hora humilhados e afrontados pelo predomínio de um régulo britânico" e "sua arrogância brutal". A manutenção da ordem por parte dos grevistas, exaltada pelo hebdomadário, aparecia no registro imagético estampado na primeira página, em que os operários apareciam deslocando-se ordenadamente em fila. Ainda em tal desenho, os grevistas erguiam nos ombros o mestre geral, enquanto a força policial resguardava a porta do inspetor que causara o movimento.



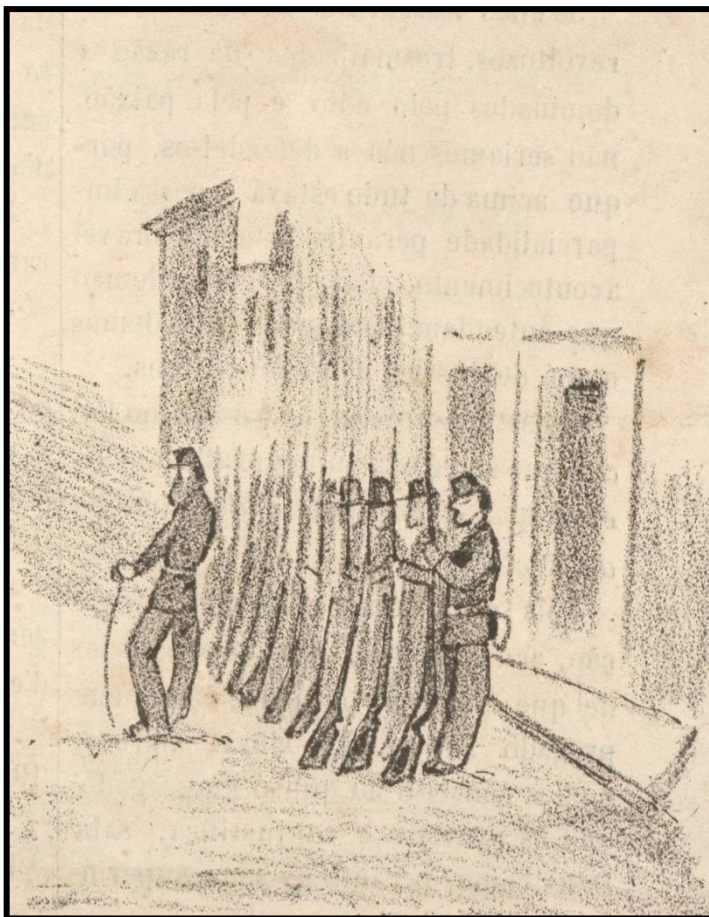
SOCIEDADE E CULTURA NA CONJUNTURA RIO-GRANDINA:
ESTUDOS HISTÓRICOS



- detalhe -



- detalhe -



- detalhe -

Em sua cobertura do movimento grevista, o periódico chegou a enaltecer a figura do operário, definindo-o como “a individualidade mais digna de respeito, de consideração e de apoio moral”, uma vez que ele “produz, enriquece e nobilita o país, onde exerce

a sua atividade". Mais uma vez dando razão aos trabalhadores, a folha insistia em destacar os motivos do movimento, ou seja, o pedido de "destituição, embora temporária, do inspetor da fábrica". Já a posição da diretoria da indústria, tentando desmentir os grevistas quanto a suas motivações, foi criticada pelo *hebdomadário*, que questionava: "Pois uma numerosíssima corporação, acusando *una voce* as violências de que é vítima por parte de um empregado superior", poderia "merecer menos conceito do que o empregado que as provoca e se justifica, sabe Deus como, perante os seus superiores?" - e prosseguia - "Mas então quinhentos homens honrados mentem e só um fala a verdade, o delinqüente?".

Nesse caminho de censurar os atos e posições da diretoria, o *Bisturi* mantinha seu espírito crítico e irônico: "É um caso estupendo, monumentalmente estupendo!". Na mesma linha, continuava: "Se os tribunais se regessem por este processo novo, que exautora as maiorias e decreta discricionariamente - jurados e testemunhas são figuras de papelão". E, finalmente, sentenciava os diretores, defendendo que a presença do proprietário evitaria a presente crise: "Ah! Srs. da Fábrica, o que lhes garantimos sem receio de errar é que se o Sr. Carlos Rheingantz estivesse no Rio Grande, o que aconteceu não se teria dado", pois "ele tem muito tino, muita prudência e muito senso".

A maior preocupação do semanário caricato rio-grandino foi a de destacar que o movimento fora norteadado pela paz, sem sublevações, anarquias ou ruptura para com a ordem pública, motivos pelos quais pode contar a greve com o apoio da folha. Argumentava que "esses homens têm demonstrado que não estão

fazendo uma imposição”, e sim, que “são homens livres e independentes, que lutam nobremente pela vida, conquistando o pão de suas famílias”. O semanário manifestava sua esperança em um pronto restabelecimento da ordem natural das coisas, assim que se desse o retorno do proprietário da fábrica, diante do que os operários, “sujeitando-se calma e prudentemente à decisão do Sr. Rheingantz, logo que ele chegue da Europa”, voltariam a suas vidas normais¹⁰. O periódico, dessa maneira, justificava sua opinião: “Se eles fossem uns agitadores, uns revoltosos, tresmalhados da razão e dominados pelo ódio e pela paixão, não seríamos nós a defendê-los”, pois “acima de tudo estava a nossa imparcialidade perante este deplorável acontecimento”, uma vez que os operários “pedem o que entendem justo e nós entendemos que é de justiça conceder-lhes”.

Na semana seguinte, o *Bisturi* comentava a conclusão da greve dos operários do empreendimento fabril têxtil. Mostrava certa insatisfação com a postura dos grevistas, por terem desistido do movimento e não se manifestado frente à ameaça de demissão de seus líderes. Para demonstrar suas reflexões, o periódico mostrava os trabalhadores como ovelhas, em sinal de um ser dominado, que se submeteram aos seus

¹⁰ Tal respeitabilidade quanto ao nome do proprietário da fábrica era comum à época, não só de parte da imprensa, pois até mesmo um ativista militante do movimento operário de então, Antônio Guedes Coutinho, direcionava suas críticas não ao patrão e sim a seus subordinados (mestres e contra mestres), como informa: SCHMIDT, Benito Bisso. *Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000. p. 53.

superiores. Nessa linha, descrevia “o rebanho dos grevistas da fábrica de tecidos”, que “voltaram humildemente ao trabalho”. Argumentava que, “apesar da gerência haver solenemente prometido” à “comissão da imprensa a não despedir nenhum dos empregados”, mas “alguns foram surpreendidos à porta da fábrica com uma lista banindo-os para todo o sempre do trabalho”. Mantendo a linha de representação zoomórfica, o semanário comentava que “a gerência recebeu uma petição do inspetor e do mestre da fábrica, pedindo para perdoar e admitir novamente os operários banidos”, no que teriam sido “*generosamente* atendidos em seus justos pedidos”. Os integrantes do jornalismo diário rio-grandino apareciam como indivíduos com um nariz que crescia desmesuradamente, pois teriam incorrido em inverdades ao acreditarem e divulgarem a palavra da gerência, de modo que “os três colegas da imprensa local ficaram penhorados pela *generosidade* do ilustre gerente”, ao passo que, alegremente, o chefe que constituíra o fator motor da greve “dava saltos de alegria” (13 jul. 1890).



SOCIEDADE E CULTURA NA CONJUNTURA RIO-GRANDINA:
ESTUDOS HISTÓRICOS





O encerramento do movimento foi igualmente descritor pelo periódico por meio do editorial intitulado “Abençoados sejam”, no qual reforçava o papel da imprensa diária local nos acontecimentos e sua impressão negativa quanto à conclusão da greve, sem deixar de reforçar nas tiradas carregadas de ironia:

Na quarta-feira última a imprensa diária desta cidade foi honrada com uma comunicação importante, por parte da gerência interina da fábrica de tecidos.

Como é sabido constituíram-se em greve os operários e exigiram a retirada do inspetor, por motivos que se nos afiguram justos e ponderosos.

É ocioso repetir agora o que os jornais, com toda a circunspeção, trouxeram ao conhecimento público por ocasião daquela conjuntura assaz grave.

Intervindo a imprensa, a solicitações dos grevistas, para se tornar medianeira entre as duas partes – a gerência e os operários –, portou-se dignamente e se não pode obter de pronto uma conciliação, nem por isso é menos digna de louvores, pela sua atitude solícita, desinteressada e prudente.

Por um contrato, firmado com todas as formalidades, a gerência encontrava-se em sérias dificuldades, porque lhe carecia competência para demitir o inspetor da fábrica e só este conscienciosamente, avaliando a importância dos prejuízos que estava causando aquele estabelecimento industrial, poderia evitá-los, insistindo pela sua retirada.

O Sr. Inspetor, porém, que parece ligar maior interesse às suas próprias conveniências do que à

dos acionistas, entendeu manter-se no cargo, embora com a sua permanência lesasse, segundo se diz, a empresa em quantia superior a Rs 30:000\$.

Ainda mais.

A gerência havia-se comprometido com a comissão da imprensa a não despedir nenhum dos empregados, em greve, até segunda-feira passada, dia em que resolvera reecentar os trabalhos paralisados da fábrica.

Com surpresa e pungente desgosto dos generosos jornalistas, no dia imediato ao que lhe fora, solenemente, feita esta promessa, soube que, à porta da fábrica, se achava afixada uma lista de onze grevistas, banidos para todo o sempre dos trabalhos daquele estabelecimento!

Isto deu-se sem dúvida, não porque a gerência não saiba manter a dignidade dos seus compromissos, mas porque, naquela emergência difícil, se deixou arrastar pro insinuações e conselhos menos prudentes.

De qualquer forma, faltou ao que havia prometido.

Na segunda-feira, exceção de uns quarenta operários, todos os outros regressaram ao trabalho.

Mas os operários banidos e os outros, que se mantiveram firmes ao seu lado partilhando do seu ostracismo e que são segundo nos afirmam a flor do pessoal da fábrica, deviam naturalmente fazer uma falta gravíssima ao andamento dos trabalhos.

Isto reconhecido, tornava-se necessário, sem perda aparente de dignidade, procurar um meio qualquer, que salvasse a situação comprometida.

SOCIEDADE E CULTURA NA CONJUNTURA RIO-GRANDINA:
ESTUDOS HISTÓRICOS

Então, o inspetor (note-se bem o inspetor) e os mestres da fábrica deliberaram dirigir à gerência uma petição, que há de passar à história.

Essa petição dizia, em resumo, que não obstante reconhecerem a *justiça* da gerência em despedir alguns trabalhadores, considerados como principais responsáveis da greve, pediram para que a gerência, atendendo apenas aos sentimentos de *generosidade e perdão*, etc., etc. ... fossem perdoados e admitidos novamente aos trabalhos.

Muito bonito... *y mucho cristiano*.

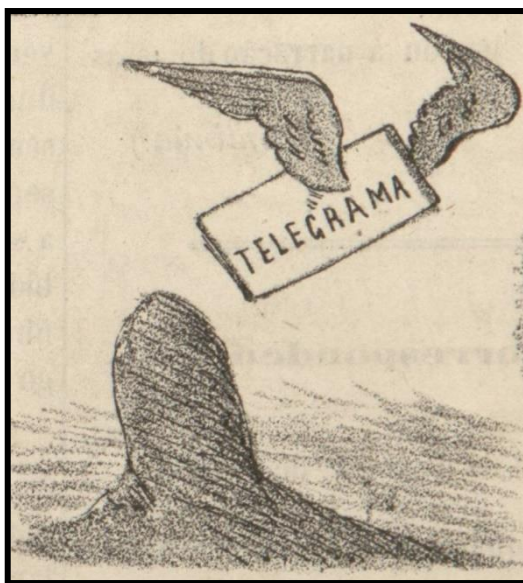
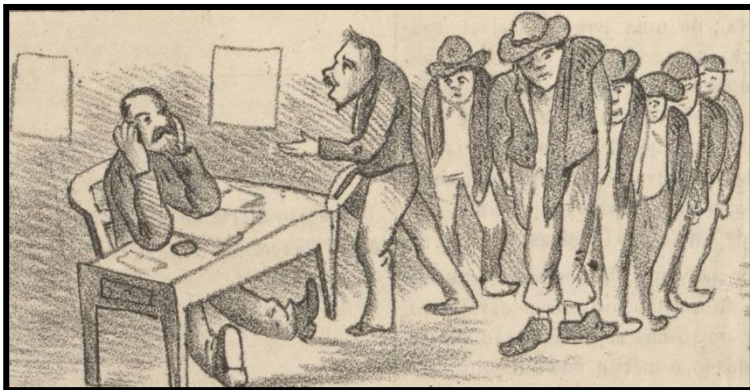
Então a gerência, inspirada nos seus sentimentos de *generosidade e perdão*, deliberou readmitir os empregados banidos e pedir para eles benção papel.

E isto, não porque deles carecessem urgentemente, mas apenas porque professa as doutrinas de Cristo, e entende que a tolerância e o perdão são as mais sublimes virtudes.

Se Offenbach ainda fosse vivo, havíamos de pedir-lhe para pôr este caso em música... da *Gran Duchesse*. (13 jul. 1890)

Uma outra paralisação comentada pelo *Bisturi* foi a de um segmento dentre os servidores públicos vinculados às lides fiscais. Nesse quadro, mostrava desenho segundo o qual “os trabalhadores da alfândega fizeram greve, em vista de estarem os cofres públicos” devendo-lhes “as quinzenas de novembro e dezembro”, diante do que o inspetor pedia-lhes “calma e paciência”, vindo a telegrafar ao governo para contar aquela “pouca vergonha”, vindo a administração a ordenar que o pagamento fosse efetivado, fazendo com que os

grevistas, “alegres e satisfeitos” voltassem “ao trabalho”
(31 jan. 1891).





A coluna intitulada “Os grevistas” foi outro registro realizado pelo hebdomadário rio-gradino acerca de tal tema, dessa vez no setor portuário, uma das áreas vitais do município. Nessa linha, o periódico informava que “o acontecimento mais grave da semana foi inquestionavelmente a greve dos trabalhadores do cais”, noticiando que os mesmos reivindicavam “pelo seu trabalho a bordo dos vapores que derem comida 4\$000” e, “sem comida, 5\$000 e, por noite, 7\$000”, ao passo que nos armazéns o serviço custaria “4\$000 diários”. Diante disso, o *Bisturi* mais uma vez se colocava ao lado dos grevistas, sem deixar de estabelecer críticas indiretas à nova política governamental advinda da mudança da forma de governo e demarcar que, apesar das ameaças de repressão, o movimento se dizia firme na proposta de manter seus procedimentos:

Com tão inesperada medida esperava-se um cataclismo horrível.

O Zé, o soberano, o grande soberano chamado povo, começa a fazer sentir o valor dos seus tamancos. E ele diz:

- Nós cá também somos republicanos... acabou-se!...

Já agora, os tempos correm bicudos e um republicano como o outro que diz - pode ser uma grande coisa... até pode vir a ser chefe deste Estado, portanto é razoável que não tenhamos hoje o mesmo valor do que nos tempos da monarquia.

Ora, sendo assim, ninguém se pode queixar, e justo é que o comércio satisfaça, sem turgir nem mugir, as exigências dos grevistas.

Eles queixam-se e têm razão, que, quando chove, se acontece apanharem chuva - olham-se; quando se molham arriscam-se a constiparem-se, quando se constipam adoecem e quando adoecem - não têm saúde!

Portanto, é justo que o comércio pague com língua de palmo todas essas contrariedades.

A última hora tivemos conhecimento de que o delegado de polícia local, capitão Cintra, trata de arrefecer o entusiasmo crescente dos grevistas, que se mostram dispostos, por meio da força bruta, a impedir que outros trabalhadores se apresentem a fazer o serviço, aderindo a sua causa. (22 mar. 1891)

Dessa forma, ao apresentar informações sobre a pobreza e os movimentos grevistas, especificamente, e ao opinar sobre e analisar as condições de vida dos segmentos populares, o *Bisturi*, em suas próprias

palavras, buscava manter uma posição “imparcial” – intento praticamente inviável em se tratando de jornalismo –, ou seja, destacava os problemas, mas buscava não demonstrar uma maior identificação com os indivíduos que sofriam seus efeitos. Mantinha, assim, quanto à crítica social, a prática do discurso do senso comum, repetindo o comportamento dos demais semanários caricatos de então. Nesse sentido, o hebdomadário entabulou construções discursivas que não chegam a constituir “um discurso articulado – uma totalidade discursiva”, consistindo, isto sim, em “fragmentos de discursos articulados ao longo da história de um povo ou destacados de discursos em uma dada conjuntura política e social”. De acordo com tal perspectiva, duas características são marcantes nesses discursos, “não estão articulados a nenhum discurso que pretenda construir uma visão de mundo unificada e têm uma circulação generalizada no interior da sociedade”, de maneira que esse modelo discursivo “tem uma enorme capacidade de dar sentido à vida cotidiana e uma enorme potencialidade de ser articulado a diferentes visões de mundo”¹¹.

Ainda que se limitasse a essa prática discursiva, o *Bisturi* esteve inserido em um estilo de imprensa “opinativa por excelência”, a qual “interpretava os fatos, criando uma nova noção de factualidade, tirava conclusões e fazia julgamentos, com o objetivo de provocar ação por parte daqueles aos quais se dirigia”¹².

¹¹ PINTO. p. 43-45.

¹² CARDOSO, Alcina Maria de Lara & ARAUJO, Silvia Maria Pereira de. Jornalismo e ideologia. *Ciência e cultura – Revista da SBPC*. v. 42. out. – dez. 1990. p. 1083.

Ou seja, mesmo que a visão de mundo de Thadio Alves de Amorim não lhe permitisse uma identificação mais incisiva com os pobres e trabalhadores, ao apresentar à sociedade os obstáculos à existência com dignidade dos menos favorecidos e as verdadeiras chagas sociais que marcavam a realidade de então, bem como ao denunciar a imobilidade e ao cobrar atitudes das autoridades governativas, o seu periódico contribuía na busca de um maior esclarecimento do conjunto da sociedade sobre as desigualdades que lhe caracterizavam.

No caso greve de 1890 na Rheingantz, o semanário revelava que a empreitada dos operários em busca do apoio da imprensa, encontrara eco em suas páginas. Ainda assim, Thadio Amorim, através do *Bisturi* intentou enaltecer o fato de que seu apoio ao movimento deu-se no sentido de que o mesmo era “pacífico”, ou seja, os trabalhadores não haviam dado ao mesmo a feição de uma “revolta”, ou uma “agitação”, marcada por “ódios” e “paixões”. Nos desenhos publicados sobre o movimento grevista, o periódico demonstrava essa preocupação, apresentando os operários marchando em fila, ordeiramente, quer seja, sem ameaçar com qualquer tipo de sublevação contra a ordem pública.

Revelava-se, desse modo, os fatores motores que levavam o *Bisturi* a entabular aquele tipo de construção discursiva, traduzindo as próprias tendências de identificação social/profissional do responsável pelo hebdomadário que apresentava as mazelas sociais e as condições de vida de pobres e trabalhadores, de fora para dentro, não chegando a inserir-se diretamente no seio das mesmas. Seu discurso refletia até mesmo a forma pela qual o semanário enfocava os atores sociais

em questão, em um cenário no qual “pobre”, “povo”, “trabalhador” e “operário” são apresentados como sinônimos, ou seja, como ocupantes de um dado lugar social que poderiam ter na imprensa – com sua função moralizadora, caso do *Bisturi* – uma voz ativa, denunciando e criticando a falta de atendimento de parte das autoridades, desde que, apesar de sofrerem com os desmandos, não rompessem com a ordem estabelecida.

Um dos maiores ativistas de sua época, quando se tratava da discussão dos assuntos de natureza política, revelando uma identidade partidária e uma coragem diante dos governantes de então, em sua postura de oposição e resistência – que poucos conseguiram repetir naquele momento –, o *Bisturi* não chegou a tamanhos avanços no que tange às análises de caráter social. Além da visão de mundo do proprietário da folha, também servia como fator limitador a esse discurso de cunho social, a própria repressão que afetava fortemente o jornalismo daquele tempo, uma vez que, com a mudança da forma de governo, os novos detentores do poder promoveram, como uma de suas primeiras iniciativas, o incremento às leis coercitivas sobre a imprensa, ficando proibida a divulgação de qualquer notícia ou opinião que contrariasse a estabilidade das instituições e a ordem pública¹³. Assim, apesar de todas estas limitações, Thadio Alves de Amorim, por meio do *Bisturi*, prestou sua contribuição,

¹³ ALVES, Francisco das Neves. Imprensa e legislação nos primórdios da República. *Comunicação & política*. v. 6. n. 2-3. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, 1999. p. 163-165.

ainda que singela, para um maior esclarecimento da comunidade quanto às desigualdades sociais que campeavam no Rio Grande daquele final do século XIX¹⁴.

¹⁴ Texto adaptado e ampliado a partir de: O mundo do trabalho na cidade do Rio Grande. Rio Grande: FURG, 2001. p. 43-56.

Patrimônio histórico X modernização – a questão em torno da reedificação da Matriz de São Pedro nos anos trinta do século XX

Os anos trinta seriam marcados pela pujança na cidade do Rio Grande. Ao crescimento econômico advindo das atividades mercantis, se somariam os progressos provenientes da industrialização. A partir desses caminhos progressistas, as visões quanto a uma possível remodelação do sítio urbano ganhavam espaço. A tendência à modernização passava a ser a marca registrada desses tempos e, de acordo com essa perspectiva, os projetos em torno de dotar-se a urbe de uma nova Matriz tornar-se-iam, cada vez mais, a ordem do dia. Às argumentações propostas no século anterior, quanto à falta de capacidade física da igreja em suportar o crescimento populacional, seria somada, de acordo com o caráter modernizante, a suposta necessidade de erguer-se um templo mais suntuoso, de modo a estar mais coadunado com o progressismo então reinante na conjuntura citadina.

Apesar do papel marcante que a Matriz de São Pedro desempenhara ao longo de toda a formação histórica rio- grandina, a ideia de construir-se um novo

templo não fora abandonada. Ao contrário, teria a sua fase de ação mais veemente na década de 1930. Nessa época empreendeu-se verdadeiro embate no interior da sociedade rio-grandina, cujo tema básico era, de um lado, a edificação de uma nova igreja, mais vistosa e afeita aos novos tempos de progresso, e de outro, a preservação da “antiga Matriz”, levando em conta o que ela representava para a comunidade municipal e estadual, e até nacional e mundial. A discussão em torno do assunto era o reflexo material e ideológico da oposição entre a perspectiva da modernização, que, muitas vezes de forma desenfreada e impensada, pregava o rompimento com o passado considerado anacrônico e a tradição histórica, que levava em consideração o registro e a manutenção das vivências históricas de uma sociedade e seu papel junto às gerações do porvir.

A tomada de posição quanto ao estabelecimento de um patrimônio histórico nacional teria no Brasil, institucionalmente, os primeiros ecos em abril de 1936, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Na cidade do Rio Grande, tendo em vista os já recorrentes projetos de erguimento de uma nova Matriz, houve certa mobilização no intento de preservar o histórico templo. Um dos maiores defensores da preservação da Matriz foi o historiador rio-grandino Antenor de Oliveira Monteiro, que, através da imprensa local, lançou várias manifestações promovendo a ideia da manutenção da igreja¹. Reagindo às perspectivas favoráveis ao desmantelamento da antiga Matriz, o escritor afirmava que ela era o que restara de um passado que já ia tão

longe e só ela, neste rincão, falava do passado, de modo que negar que ela tivesse valor histórico era negar a própria luz do sol, ou ainda era ter olhos e não enxergar¹⁵.

A seu modo, Antenor de Oliveira Monteiro propunha ideias que ganhavam terreno e iriam se consolidar nas décadas seguintes, em um quadro pelo qual, do seio de cada comunidade pode e deve surgir a voz de alarme e a ação vigilante e preventiva, de modo que o estímulo a agrupamentos cívicos de defesa do patrimônio, qualquer que seja sua denominação e composição, tende a dar excelentes resultados, especialmente nas localidades sem diretrizes urbanísticas mais bem definidas e onde a ação protetora tende a ser débil ou nem sempre eficaz¹⁶, cenário muito próximo do Brasil e do Rio Grande, naquele momento. Demonstrando conhecimento de causa, o historiador rio-grandino afirmava que aqueles que defendiam a conservação do quase bicentenário templo estavam ao lado das leis recentemente decretadas e tinham consigo a opinião mais autorizada no assunto, que seria a do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), instituição que ocupava lugar de destaque no cenário historiográfico gaúcho de então.

¹⁵ MONTEIRO, Antenor de Oliveira. Rebuscos – coisas e fatos da Cidade, por Antenor. Recortes de jornais – acervo da Biblioteca Rio-Grandense.

¹⁶ NORMAS de Quito. Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. In: CARTAS PATRIMONIAIS. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN, 1995. p. 136.

A referência de Monteiro ao IHGRGS era referendada por manifestação do historiador gaúcho Fernando Luiz Osório que, por aquela instituição, condenou veementemente a destruição da Igreja Matriz. Segundo ele, era um sacrilégio de lesa-civismo, às vésperas da celebração do centenário do Rio Grande do Sul, o projeto de se pôr abaixo a velha Matriz da cidade do Rio Grande, a qual constituía um dos únicos monumentos que evocavam os primeiros passos da história da gleba gaúcha e que guardava dentro de suas paredes a alegria e as lágrimas dos que primeiro lutaram para a formação do Brasil do Sul. Fernando Osório citava a reação de um numeroso grupo de rio-grandinos que se opunha à ideia de destruir tão venerável relíquia, destacando o exemplo de outro historiador rio-grandino, Abeillard Barreto, que teria solicitado parecer ao IHGRGS sobre o tema, tendo como resultado o protesto contra a projetada demolição, propondo-se juntar sua voz a esse clamor. Para concluir, Osório, sempre indo ao encontro das ideias de Antenor Monteiro, questionava a razão de se permitir a injúria maior de fazer desaparecer o único monumento que se ergueu ao surgir a gleba gaúcha e que consistia em precioso marco da evolução rio-grandense, ou ainda por que se estaria a divergir de outros povos que nutriam amor à tradição e conservavam seus velhos monumentos, exclamando por fim que só havia uma coisa a destruir em toda parte – a imoderação dos iconoclastas, uma vez que o verdadeiro homem do progresso era amigo do passado¹⁷.

¹⁷ OSÓRIO, Fernando Luiz. A Matriz do Rio Grande – por que destruí-la?. In: MONTEIRO, Antenor de Oliveira. Rebuscos –

Como que estabelecendo uma reação aos ideais preservacionistas que ganhavam corpo, os defensores do projeto de uma nova Matriz passaram a mobilizar-se com maior ênfase, visando adiantar-se ao desenrolar dos acontecimentos. De acordo com essa perspectiva, o *Cruzeiro do Sul*, que se intitulava “órgão da família católica rio-grandina”, publicou um edital assinado pelo secretário da Comissão Central responsável pela reconstrução da Matriz de São Pedro, com o seguinte conteúdo: “Tendo sido deliberada a reconstrução da Matriz de São Pedro, no local onde atualmente se encontra, em nome de S. Excia. D. Joaquim Ferreira de Mello, Bispo Diocesano, convido aos profissionais desta cidade interessados a se entenderem, dentro do prazo de cinco dias, com o Rvdm. Pe. Eurico de Melo Magalhães, Vigário da Paróquia de São Pedro, devendo os seus orçamentos serem apresentados ao referido sacerdote, no dia 8 de junho, às 17h, impreterivelmente. Rio Grande, 13 de maio de 1936”¹⁸. A premência nos prazos demonstrava que os articuladores do projeto do novo templo tinham pressa diante de uma possível ação de preservação patrimonial.

Ocorria no Rio Grande um risco que atingia muitas partes do mundo, nas quais a crença exagerada nos paradigmas modernistas na arquitetura e na urbanização conduzia à demolição de importantes

coisas e fatos da Cidade, por Anteirol. Recortes de jornais – acervo da Biblioteca Rio-Grandense.

¹⁸ CRUZEIRO DO SUL. Rio Grande, ano 6, n. 1, 17 maio 1936, p. 1.

patrimônios¹⁹. Dessa forma, o crescimento de uma cidade pode criar uma situação perigosa, levando a um impasse do qual só se sairá mediante alguns sacrifícios, ou seja, quando a demolição é apontada como solução para suprimir um possível obstáculo, torna-se fundamental perceber se essa medida não poderá também acarretar a destruição de verdadeiros valores arquitetônicos, históricos ou espirituais, diante do que, mais vale, sem dúvida, procurar uma outra solução²⁰. O embate entre a defesa da tradição histórica e os projetos calcados na perspectiva modernizadora, presentes no contexto rio-grandino dos anos trinta, refletia assim um panorama internacional.

Nesse sentido, é presumível que os primeiros esforços dirigidos a revalorizar o patrimônio monumental encontrassem uma ampla zona de resistência na órbita dos interesses privados, tendo em vista anos de incúria oficial e um impulsivo afã de renovação que caracterizava as nações em processo de desenvolvimento, que contribuiriam para a difusão de um menosprezo por todas as manifestações do passado que não se ajustavam ao molde ideal de um moderno estilo de vida. Dessa forma, “carentes da suficiente formação cívica para julgar o interesse social como uma expressão decantada do próprio interesse individual,

¹⁹ CUÉLLAR, Javier Pérez de. *Nossa diversidade criadora – Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento*. Campinas: Papirus; Brasília: Ministério da Cultura/UNESCO, 1997. p. 242.

²⁰ CARTA de Atenas – Assembleia do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – 1933. In: CARTAS PATRIMONIAIS... p. 60.

incapazes de apreciar o que mais convém à comunidade a partir do remoto ponto de vista do bem público, os habitantes de uma população contagiada pela *febre do progresso* não podem medir as consequências dos atos de vandalismo urbanístico que realizam alegremente, com a indiferença ou a cumplicidade das autoridades locais”²¹.

Sobre esses embates no seio da sociedade rio-grandina, o Prefeito Municipal se manifestaria através da imprensa, de modo que o jornal *Cruzeiro do Sul* viria a estampar em sua primeira página matéria reproduzindo manifestação daquela autoridade pública. Servia por manchete a frase “Em torno da velha Matriz”, vindo posteriormente a explicação do tema: o Prefeito Dr. Meirelles Leite enviou à Câmara Municipal uma mensagem sobre a incorporação ou não-incorporação da Igreja Matriz de São Pedro ao patrimônio público do Rio Grande. O chefe do Executivo apresentava quatro projetos de urbanismo, anunciando-se que uma nova Matriz do padroeiro se poderia levantar ao fundo de extenso *square*. O Prefeito Meirelles Leite esclarecia à Câmara de Vereadores que tomara parte como membro da Comissão Pró- Nova Matriz da Paróquia de São Pedro, tendo conhecimento de projeto organizado por arquiteto incumbido pelo Bispo Diocesano para a construção do novo templo no terreno de propriedade da Mitra Diocesana, em ponto central, conveniente e tradicional do centro cívico da cidade e, à época, ocupado pela velha Matriz e pela Capela de São Francisco. Explicava que fora dado caráter de urgência à

²¹ NORMAS de Quito. Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. In: CARTAS PATRIMONIAIS... p. 136.

execução dessa obra em consequência dos longos anos em que vinha sendo a mesma estudada, projetada, iniciada e preterida²².

Meirelles Leite, fazendo referência a um projeto de 1919, lembrava do templo que existia à rua Canabarro, em adiantada construção, onde deveria ter sido instalada a paróquia e que não pode ser concluída em virtude de, pelo local afastado do centro cívico urbano e por outras circunstâncias, os cidadãos católicos se terem oposto a tal construção, negando à mesma as suas contribuições. O prefeito explicava que persistia, agravada pela ação do tempo, a necessidade de uma nova Matriz, mais ampla e mais imponente, de acordo com o progresso da cidade, de modo que fora reiniciada a coleta de contribuições para edificar-se o templo no mesmo quarteirão onde se encontrava a velha Igreja Matriz, convenientemente ampliada pela desapropriação de propriedades e a realização simultânea do alargamento da Travessa da Matriz e a supressão do Beco do Magano, resultando no embelezamento que a majestade do novo templo proporcionaria à praça municipal, para a qual teria voltada a fachada. O homem público apontava que houvera uma outra ideia, quer seja, a edificação da nova Matriz no centro da praça Dr. Pio, a qual fora abandonada pois o projeto apresentado era verdadeiramente monumental e excedia a capacidade do próprio meio²³.

A fala do chefe do Executivo esclarecia que durante longo período decorrido não se cogitara da

²² CRUZEIRO DO SUL. Rio Grande, ano 6, n. 3, 31 maio 1936, p. 1.

²³ Id., *ibid.*

conservação total ou ao menos intacta da Matriz. Lembrava que, por legislação, cumpria ao Município proteger os objetos de interesse histórico, e, mesmo que até então nenhum cidadão ou sociedade qualquer tivesse se dirigido aos poderes públicos, no sentido de guardar, como lembrança material dos primórdios da cidade, o velho templo de São Pedro, estariam vindo a público, nos últimos dias, opiniões respeitáveis, ciosas da conservação dos vestígios materiais das tradições do passado. Apesar de citar as reações adversas à nova Matriz, o prefeito esclarecia sua concepção sobre os fatos, ao descrever que aquelas, embora valiosas e respeitáveis, eram opiniões isoladas, algumas envolvendo questões alheias aos interesses coletivos, não permitindo aquilatar o justo sentido da opinião pública que se pudesse ter formado, principalmente porque, agitando a opinião, se teria feito abstração dos meios e possibilidades de realizar o *desideratum*, preferentemente a outras aspirações. Leite deixava o encargo da decisão nas mãos da Câmara, declarando que caberia aos vereadores, como legítimos representantes de todas as correntes da opinião popular, decidir se deveria ou não ser incorporado ao patrimônio público o velho templo do padroeiro, como relíquia do passado bissecular da cidade, e assim também examinar as possibilidades financeiras de satisfazer esse desejo²⁴.

O prefeito afirmava estar certo de que dentro de poucos dias seria apresentada à aprovação da Prefeitura Municipal a planta do novo templo, porém não assistia ao Poder Executivo, dentro das leis em vigor, o direito de desaprová-la, visto como satisfaz as exigências das

²⁴ Id., *ibid.*

posturas municipais, nem de impedir a demolição dos velhos templos mencionados. Desse modo, sob o argumento de não retardar mais, por culpa do poder público, a construção projetada, o chefe municipal resolvera apressar o envio à Câmara para que esta tomasse a decisão do caso em apreço. Enfatizava Leite que conservar o velho templo, incorporando-o ao patrimônio público, não significaria somente desapropriá-lo, mas também privar a Mitra Diocesana do local central de que dispunha para a construção de uma outra Matriz, mais ampla, mais confortável e, sobretudo, mais majestosa, além do que, segundo a concepção governamental, seria incoerência conservar ruínas materiais e impedir ou dificultar que do centro cívico urbano se irradiassem as mesmas forças espirituais de assistência e educação e se continuasse a propagação da fé. De acordo com essa perspectiva, o Executivo Municipal sugeria a organização dos planos de urbanismo que poderiam ser adotados com o fim de incorporar os velhos templos atuais ao patrimônio histórico do Município e proporcionar terreno adequado à construção projetada, que, além dos seus objetivos próprios, proporcionaria o embelezamento do centro cívico rio- grandino. Assim, o prefeito indicaria os planos para estudo e parecer de parte da Câmara²⁵.

O primeiro projeto previa o prolongamento do largo fronteiro ao Paço Municipal até a Rua 20 de Fevereiro pela futura desapropriação do quarteirão a oeste da Matriz, que seria colocada no extremo desse largo, à esquina das ruas General Netto e 20 de Fevereiro, com fundos à Avenida Silva Paes, devendo

²⁵ Id., *ibid.*

ser desapropriados os prédios aí existentes, em número de quinze, avaliados em cerca de Rs 275:000\$000. Nesse caso, pela demolição da Capela de São Francisco, restaria um largo ajardinado, onde poderia ser colocado o monumento projetado como homenagem a Silva Paes, fundador da cidade, que estava em projeto para inauguração durante as comemorações do bicentenário rio-grandino. Declarava o prefeito que não sabia se o espaço restante à Praça Dr. Pio seria suficiente para o edifício dos Correios e Telégrafos, pelo que, como variante desse primeiro plano, fora estudado outro alinhamento, de modo a proporcionar maior espaço para esse edifício, embora prejudicando em parte a perspectiva da nova Matriz²⁶.

O segundo plano propunha a colocação da nova Matriz na Praça Dr. Pio, a desapropriação futura do quarteirão a oeste da atual Matriz e o mesmo aproveitamento do terreno da Capela de São Francisco, com o monumento a Silva Paes. Nesse caso, a despesa seria diminuta, no entanto ficaria impossibilitada a construção do edifício de Correios e Telégrafos. Já o terceiro projeto previa a colocação da nova Matriz encravada na Praça Tamandaré, com frente para a rua 20 de Fevereiro ou para a Rua General Netto. Neste caso, permanecia prevista a situação do monumento de Silva Paes no atual terreno da Capela de São Francisco e a desapropriação futura do quarteirão a oeste da Matriz, de modo que a despesa seria diminuta e ficaria possibilitada a construção do edifício de Correios e Telégrafos²⁷.

²⁶ Id., *ibid.*

²⁷ Id., *ibid.*

Finalmente, uma quarta “solução”, propunha o deslocamento da nova Matriz para a praça Barão de São José do Norte, fazendo frente ao largo que resultava da bifurcação das ruas 20 de Fevereiro e Marechal Floriano, de modo que o chafariz ali existente seria colocado em um canteiro triangular, enquanto outro, já reservado para esse fim, receberia o monumento a Antônio Carlos Lopes, ficando a praça indicada cortada por uma rua, que já estaria projetada, para o trânsito de bondes e outros veículos. Nesse caso, o terreno da Capela de São Francisco permaneceria com o destino da edificação do monumento a Silva Paes, prevendo-se sempre a demolição futura do quarteirão a oeste da velha Matriz. Sobre essa última proposta pesava a avaliação de exigir gastos diminutos, porém ela pecaria pelo afastamento da Matriz, acreditando a autoridade pública que a mesma não seria aceita pelas partes interessadas²⁸.

Segundo o mandatário do Executivo Municipal o que ressaltava de todos os planos seria a necessidade de desapropriar o pequeno quarteirão com face à Rua General Netto, de maneira que, mesmo que se tivesse de demolir a velha Matriz, seria lamentável que se deixasse de aproveitar a oportunidade para alargar a travessa existente a leste, eliminar o beco a oeste e proporcionar maior largura e desafogo ao templo projetado, tirando partido para melhoramento e embelezamento da cidade. Concluindo suas ponderações, Meirelles Leite declarava que ficaria no aguardo das deliberações legislativas, mas, para ciência da Câmara, informava que o Município não tinha, no momento, saldos disponíveis e, pois, qualquer deliberação deveria ser tomada na base

²⁸ Id., p. 1 e 3.

de uma operação de crédito e de acordo com a Lei Orgânica Municipal²⁹.

Os projetos apresentados pelo Prefeito Municipal demonstravam uma mescla entre novas idéias e a reciclagem de outros planos traçados ao longo do passado rio-grandino, prevalecendo em todos eles a recorrente perspectiva de edificar-se uma nova Matriz. Nesse quadro, o pensamento do Executivo Municipal acompanhava a tendência modernizadora, visando a esquadriñar várias reformas no sítio urbano rio-grandino, com ênfase à Igreja Matriz. No entanto, ao apontar vários caminhos possíveis para a edificação do novo templo, revelava certa ambiguidade, de modo a não desagradar setores de seu eleitorado. Além disso, mesmo que demonstrasse simpatias pelas propostas de modernização, ele não se expunha de todo, reservando a decisão – que, fosse qual fosse, poderia desagradar a algum setor da comunidade – à Câmara de Vereadores. Dessa forma, Leite defendia o “melhoramento e embelezamento” da cidade, no entanto deixava o ônus da decisão e a responsabilização financeira pelas obras para o Legislativo Municipal, lavando as mãos diante da já quase secular questão da nova Matriz.

Essa procrastinação na tomada de decisões irritava os defensores do projeto modernista, que observavam a necessidade de soluções urgentes, tendo em vista o crescimento da tendência protecionista. Dentre os ardorosos defensores da nova Matriz estava o padre Eurico de Melo Magalhães, pároco da Igreja de São Pedro, que, em correspondência de 23 de junho de 1936, revelava sua impaciência para com as indefinições das

²⁹ Id., p. 3.

autoridades públicas, desafiava os promotores da idéia conservacionista e prometia partir para uma ação mais incisiva em direção a seu intento. A 4 de julho de 1936, o padre Eurico buscava estimular o Prefeito Municipal a colocar em execução o plano de reforma urbana, mas no dia 10 seguinte, em missiva ao Bispo Diocesano, revelava grande desesperança no empreendimento da nova Matriz³⁰.

A batalha entre tradição histórica e projeto modernizador se estenderia nos meses seguintes, com algumas escaramuças e poucos resultados expressivos de parte a parte. De um lado, por exemplo, se daria a vitória da modernização urbana, com a previsão da extinção do “Beco da Matriz”, em dezembro de 1936, atitude então aplaudida pelo jornal rio-grandino *O Tempo*. Segundo a folha, iria afinal se extinguir o chamado “Beco da Matriz”, que estaria a depor contra a estética urbana, enfeitando sobremaneira um dos pontos mais centrais da cidade, à beira do melhor jardim público que o Rio Grande possuía. Noticiava o periódico que o Poder Legislativo do Município acabara de autorizar a desapropriação do prédio à esquina das ruas Marechal Floriano e General Netto. Explicava a publicação que fora ainda aprovado que a Prefeitura ficava autorizada a permutar a área resultante da desapropriação com a Mitra Diocesana, por outra equivalente no local das velhas igrejas de São Pedro e São Francisco, de modo que o terreno assim adquirido

³⁰ SOARES, Silvio Moscoso. A Igreja de São Pedro apóstolo do Rio Grande: de matriz a catedral. In: ALVES, F. N. (org.). *Cidade do Rio Grande: ensaios históricos*. Rio Grande: FURG, 2002. p. 43.

serviria para o alargamento da travessa da Matriz, reclamado também pela estética urbana³¹.

Essa vitória do projeto modernista se revelaria modestíssima, uma vez que o ideal preservacionista ganhava corpo em termos nacionais, tanto que, em janeiro de 1937, dava-se mais um passo em direção à consolidação da instituição que se responsabilizaria pelo patrimônio histórico e artístico nacional. Para a instauração desse plano, contribuíram vários dos intelectuais atuantes na época, como Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade³². As perspectivas difundidas por esses intelectuais que à época atuaram no Estado em nome do interesse público e na defesa da cultura – eram consideradas de vanguarda, conferindo-lhes na área de patrimônio um perfil perfeitamente identificado com a política cultural cuja continuidade e prestígio durou por cerca de trinta anos, quando novas tendências mais abrangentes, definindo novos valores e interesses, se fariam ouvir³³.

³¹ O TEMPO. Rio Grande, ano 31, n. 11, 12 dez. 1936, p. 1.

³² Site: www.iphan.gov.br.

³³ CUNHA, Ronaldo Ortiz. A política de preservação no Brasil. In: APHAC. *Restauração e história: Capela de São Francisco de Assis*. Rio Grande: Libreto Comunicações, 1999. p. 93. Segundo Marly Rodrigues, os criadores do SPHAN construíram um lugar de reconhecida legitimidade intelectual, de onde puderam observar a sociedade e no qual criaram representações simbólicas sobre suas práticas culturais e históricas, fazendo disso uma referência para que fosse moldado um perfil cultural “autenticamente brasileiro”, orientador de uma visão que a sociedade deveria ter de si

As determinações em torno do patrimônio instituídas em abril de 1936 seriam ratificadas e complementadas pela Lei nº 37, de 13 de janeiro de 1937, que dava nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Segundo a legislação, ficava criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional. Este serviço teria, além de outros órgãos que se tornassem necessários ao seu funcionamento, um Conselho Consultivo, que se constituiria de um diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dos diretores dos museus nacionais de coisas históricas ou artísticas, e de mais dez membros, nomeados pelo Presidente da República. Prevía ainda a lei que o Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas-Artes e outros museus nacionais de coisas históricas ou artísticas, que fossem criados, cooperariam nas atividades do Serviço do

mesma. Concomitantemente, redesenham o Brasil, “salvaram sua história” materializada na pedra e cal, reinterpretaram seu passado e através de sua ação social instituíram a memória histórico- arquitetônico-artística brasileira, projetando-a para o futuro por meio do tombamento, uma vez que esse ato jurídico não era apenas o reconhecimento de uma qualidade, mas a atribuição de visibilidade e perenidade sociais aos objetos (RODRIGUES, Marly. Patrimônio, idéia que nem sempre é prática. In: A CONSTRUÇÃO DA CIDADE. Brasília: Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1998. p. 88.).

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pela forma que fosse estabelecida em regulamento³⁴.

A justificativa para a nova lei, expressa pelo ministro Gustavo Capanema demonstra um cenário da situação em torno da conservação de patrimônios então no Brasil. Essa exposição de motivos explicava que a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional era assunto que de longa data vinha preocupando os homens de cultura do país, num quadro em que nada, pelo menos nada de orgânico e sistemático, se havia feito, porém, até 1936, quando foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico Nacional. Nessa época, trabalhava-se aqui e ali, com pequenos recursos para evitar um ou outro desastre irreparável, mas o grande acervo de preciosidades de valor histórico ou artístico ia-se perdendo, dispersando, arruinando, alterando, uma vez que proprietários sem escrúpulos ou ignorantes deixavam que bens os mais preciosos se acabassem ou se evadissem, ante o descaso ou a inércia dos poderes públicos, enquanto as vozes de um ou outro patriota ou esforço deste ou daquele homem público não traziam o remédio necessário adequado. De acordo com o ministro, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em abril de 1936, fora o passo decisivo, já que se montara um aparelho de alcance nacional, destinado a exercer ação enérgica e permanente, de modo direto ou indireto, para conservar

³⁴ COLEÇÃO DAS LEIS da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937. Atos do Poder Legislativo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. v. 3. p. 19.

e enriquecer o patrimônio histórico e artístico nacional e para torná-lo conhecido³⁵.

A argumentação de Gustavo Capanema destacava que a princípio funcionou o serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em bases provisórias, mas a Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, proposta pelo Poder Executivo, dava-lhe a estrutura definitiva, de modo que, em pouco mais de um ano e meio de funcionamento, a soma copiosa de trabalhos realizados vinha demonstrado a utilidade do empreendimento. A experiência, entretanto, demonstrou que a ação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não teria a necessária eficiência se não fossem fixados os princípios fundamentais da proteção das coisas de valor histórico ou artístico, princípios que não somente traçassem o plano de ação dos poderes públicos, mas ainda assegurassem, mediante o estabelecimento de penalidades, a cooperação de todos os proprietários. Nessa linha, detalhava o representante do Governo Federal, foi elaborado o necessário projeto de lei e na sua feitura aproveitara-se tudo quanto de útil se projetara anteriormente, consultando-se, inclusive, no que pareceu conveniente, a legislação estrangeira. De acordo com essa perspectiva, a nova lei era definida como o resultado de longo trabalho, em que foram aproveitadas as lições e os alvites dos estudiosos da matéria, devendo-se esperar que de sua execução decorresse para o patrimônio histórico e artístico brasileiro a proteção vigilante, segura e esclarecida de que ele há tanto tempo estava carecendo³⁶.

³⁵ Site: www.iphan.gov.br.

³⁶ Site: www.iphan.gov.br.

A regulamentação da lei em defesa do patrimônio histórico e artístico arrefeceria em parte os defensores do projeto modernizador da nova Matriz de São Pedro, além disso as comemorações do bicentenário do Rio Grande, em fevereiro de 1937, criaram espaço para a valorização do passado histórico rio- grandino, e nesse contexto o papel da velha Matriz seria ressaltado. O jornal *Rio Grande* lançou uma edição especial em homenagem à efeméride, com uma seção chamada “A cidade religiosa”, onde havia uma rubrica especial para a Igreja Matriz. O periódico explicava que a velha Matriz constituía o centro de onde se irradiara a religião para o Rio Grande. Nas palavras da folha perpassavam ainda as duas tendências em jogo na época, quer seja, a visão modernizadora e a da tradição histórica, ao manifestar que a Igreja de São Pedro, que no passado se ufanava de ser a joia da vila, naquele momento, embora envelhecida e feia, sentia-se ufana e feliz porque testemunhara a fé e a religiosidade dos fundadores e primeiros filhos do Rio Grande³⁷.

Também o *Cruzeiro do Sul* fez uma associação entre o aniversário de duzentos anos do Rio Grande com a presença da Matriz edificada em 1755, enfatizando o aspecto religioso, de acordo com o seu norte editorial. Por manchete o jornal apresentava: “O Rio Grande, jubiloso, glorifica Silva Paes”, e afirmava que deste povo que hoje chega ao fim do seu segundo século de civilização disse um estrangeiro: “da impotência e da miséria fez nascer a prosperidade”. Na matéria havia especial destaque a São Pedro, destacando-se que desde 1755 era o “excelso padroeiro” do Rio Grande, e para as

³⁷ RIO GRANDE. Rio Grande, ano 24, n. 36, 19 fev. 1937, p. 13.

várias festividades que marcavam as comemorações. Entre essas atividades estava uma missa campal, a realizar-se no dia 19 de fevereiro, às 9h30min, cujo altar foi armado no portal da histórica Matriz. Nessa edição comemorativa, o *Cruzeiro do Sul* estampava na primeira página a Matriz de São Pedro, legendada com a frase: “o mais velho monumento histórico que possuímos, continua ereta atestando o domínio do cristianismo civilizador nas terras que Silva Paes legou ao Brasil”³⁸.

Os ideais de preservação da Matriz cada vez mais ganhavam terreno, ainda mais quando a própria legislação dava força a essa tendência. Se a questão do patrimônio passara de determinações provisórias, em 1936, para a regulamentação de lei decretada pelo Legislativo e sancionada pelo Executivo, caso daquela de 13 de janeiro de 1937, chegara à sua consolidação através do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, firmado pelo Presidente da República em pleno Estado Novo. Mantinha-se a tradição brasileira de leis que servem para reforçar as anteriores e, no caso, aquele era um reforço de peso, por se tratar de um estado de exceção, caso da ditadura estado- novista, na qual o nacionalismo era o elemento legitimador essencial, havendo a necessidade de enaltecer as instituições, os valores e as riquezas nacionais, caso no qual se enquadraria o patrimônio histórico e artístico brasileiro.

O Decreto-Lei de 30 de novembro de 1937 constituía o patrimônio histórico e artístico nacional, o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação fosse de interesse público, quer por sua

³⁸ CRUZEIRO DO SUL. Rio Grande, ano 6, n. 40, 19 fev. 1937, p. 1 e 5.

vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Estes bens só seriam considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente em um dos quatro Livros do Tombo previstos na Lei. A nova legislação se aplicava às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno. Ficava previsto que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuiria quatro Livros do Tombo, nos quais seriam inscritas as obras tombadas, seguindo as seguintes especificações: no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular; no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica; no Livro do Tombo das Belas-Artes, as coisas de arte erudita nacional ou estrangeira; e no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluiu na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras³⁹.

A legislação que visava à preservação do patrimônio nacional descia às minúcias explicativas de sua aplicabilidade. Previa que o tombamento de coisa pertencente a pessoa natural ou a pessoa jurídica de direito privado se faria voluntária ou compulsoriamente. Definia também que as coisas tombadas não poderiam em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser

³⁹ COLEÇÃO DAS LEIS... . p. 331-332.

reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado. Ficava instituído também que sem prévia autorização daquele Serviço, não se poderia, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impedisse ou reduzisse a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de se mandar destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se nesse caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto⁴⁰.

Ainda fazia parte das previsões do Decreto-Lei nº 25, de novembro de 1937, entre outras, a que definia que as coisas tombadas ficariam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderia inspecioná-las sempre que fosse julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dobro em caso de reincidência. Destacava ainda a lei que os atentados cometidos contra os bens tombados seriam equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional; que o Poder Executivo providenciaria a realização de acordos entre a União e os Estados para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para a uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto, e que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procuraria entendimentos com as autoridades eclesásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais e jurídicas, com

⁴⁰ COLEÇÃO DAS LEIS... . p. 332-334.

o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional⁴¹.

A vitória da tradição histórica e do espírito de conservação da Matriz de São Pedro era agora já um caminho sem volta, desencadeando-se as tratativas para a inclusão do templo nos anteparos da lei. Os defensores da nova Matriz ainda esboçariam algumas reações, caso do próprio padre Eurico Magalhães, que ainda se comunicaria com o Diretor do SPHAN, informando-o de que já lhe era certo o fato de que se faria uma nova igreja, no local da antiga Matriz que deveria desaparecer, uma vez que ela não satisfazia mais às exigências e necessidades do culto e algumas partes do teto ameaçavam cair se não fosse reparada em tempo. O sacerdote dizia que imaginava que o Bispo Diocesano não criaria obstáculos à aceitação do tombamento, mas que isso seria vexatório e perigoso, uma vez que se ficaria impedido de fazer qualquer modificação no templo e sem recursos ou com dificuldades para uma nova matriz. O grupo que defendia a necessidade de uma nova matriz, de certo modo liderado pelo padre Eurico, só desistiria de seu propósito a partir da intervenção do Bispo Diocesano, que considerou a situação irreversível em direção ao tombamento⁴². A resistência pela preservação da memória vencera a perspectiva modernizadora.

No que tange aos tombamentos, o Brasil paulatinamente seguiria as tendências internacionais que recomendavam que cada Estado ou as instituições criadas ou reconhecidamente competentes para esse

⁴¹ COLEÇÃO DAS LEIS... . p. 334-336.

⁴² SOARES, p. 44-45.

trabalho publicassem um inventário dos monumentos históricos nacionais, acompanhado de fotografia e informações; que cada Estado constituísse arquivos onde seriam reunidos todos os documentos relativos a seus monumentos históricos; que cada Estado depositasse em um escritório nacional de museus suas publicações; que o escritório consagrasse em suas publicações artigos relativos aos procedimentos e aos métodos gerais de conservação dos monumentos históricos, e que o escritório estudasse a melhor utilização das informações ali centralizadas⁴³. Nesse sentido, a Matriz de São Pedro seria tombada no Livro das Belas Artes, em maio de 1938.

A partir do tombamento se desencadearia um processo de revalorização da Matriz de São Pedro. Não que ela tivesse sido esquecida até então, mas o debate “nova X antiga Matriz” havia polarizado segmentos da sociedade e, após o triunfo da idéia da conservação, viria a renovar-se o espírito de valorização dos significados da Igreja Matriz no interior da memória coletiva dos rio-grandinos. Exemplificativamente, em junho de 1938, o jornal *O Tempo* realizava uma homenagem ao templo, demarcando sua relevância no contexto histórico local e regional. Tratava-se de uma matéria curta, mas com forte teor de exaltação, já expresso no título: “O primeiro templo construído pela fé jamais desmentida dos gaúchos”. Publicando fotografia da igreja, o periódico apresentava por legenda a frase: “a velha e histórica Matriz de São Pedro, hoje tombada pelo Governo

⁴³ CARTA de Atenas – Assembleia do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – 1933. In: CARTAS PATRIMONIAIS... p. 19.

Federal, como monumento histórico nacional”. A folha destacava um breve histórico sobre o momento da fundação do templo, no século XVIII, transcrevendo o conteúdo da placa colocada em seu frontispício. Segundo a folha, naquele momento, como há cento e oitenta e três anos atrás, a igreja continuava exercendo suas funções, defendendo que mesmo que os cristãos não devessem descobrir-se ao passar pela cruz do templo, deveriam fazê-lo e com eles todos, diante do velho monumento de fé, em redor do qual se formara o “grande Estado” de São Pedro do Rio Grande do Sul⁴⁴.

Já ao final de 1938, quando as querelas em torno da nova Matriz pareciam esvaecer-se com o tempo, quase como uma conclusão dos debates, *O Tempo* publicaria o poema “A Catedral do Sonho”, de Ney Calvete, o qual, lembrando a tradicional denominação do templo, rogava que não mais a modernização viesse a querer derruir a histórica Igreja de São Pedro:

Ergui no meu coração a Catedral
do Sonho Pondo como Padroeira
a tua imagem querida, Tendo por
orações os versos que componho,
Que são a razão de ser de toda a
minha vida.

E os versos que componho e que tu
dás guarida E que eu,
religiosamente, no teu altar
deponho, São para a tua alma, forte
e enobrecida,
O prenúncio feliz de um destino risonho.

⁴⁴ O TEMPO. Rio Grande, ano 32, n. 160, 27 jun. 1938, p. 7.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Faço, em unção, uma prece ao meu Deus
Poderoso, Para que a nossa vida seja
toda de gozo, Vivendo, alegres e
felizes, a vida espiritual.

E que nunca em nossa vida a
realidade fria, Venha empanar
s'quer a nossa alegria, Tentando
destruir a nossa Catedral.

Assim, os anos trinta trazem em si um momento de inflexão na história do templo rio-grandino. Correu grandes riscos, à medida em que as tendências remodeladoras manifestas ao longo do século XIX pareciam encontrar sua culminância. O espírito do progressismo e da modernização urbana inspiravam uma pretensão de romper com o passado e demolir a “velha” Matriz, considerada anacrônica em relação àquele momento de avanço da cidade portuária. A proposta da nova Matriz encontrou resistências que, associadas à tomada de consciência quanto ao tombamento histórico e artístico em âmbito nacional, fez valer a supremacia da tradição histórica, com a conservação do antigo templo. A preservação do patrimônio histórico sobrepujava o espírito de modernização a qualquer custo e aquele fundamental fragmento da memória coletiva rio-grandense-do-sul seria mantido intacto⁴⁵.

⁴⁵ Adaptado a partir do texto publicado originalmente em: *Biblos*, Rio Grande, 18: 109-124, 2006.

A experiência de um clube do cinema na cidade do Rio Grande

Na virada da primeira para a segunda metade do século XX, a pujança econômica da cidade do Rio Grande refletia-se em um processo de constante aprimoramento cultural da comuna portuária. Desde a centúria anterior, houve uma permanente preocupação em alocar no município alguns dos elementos que apresentassem o mesmo como um detentor das qualidades intrínsecas ao progresso da civilização, sendo esse aspecto marcante no que tange a fundamentos da cultura, com a marcante presença de uma imprensa amplamente desenvolvida, um razoável mercado livreiro e, entre outras, uma esmerada dedicação às atividades cênicas, com espaços e casas destinadas a espetáculos em geral e às lides teatrais de modo mais específico.

Com a crescente difusão do cinema, a cidade do Rio Grande não ficaria para trás nesse processo, funcionando na mesma algumas das principais casas cinematográficas do estado, como os cines Carlos Gomes, Guarani, Glória, Avenida e Politeama, entre outros. Nesse contexto, o ano de 1949 seria marcante para as atividades vinculadas ao cinema na vida cultural rio-grandina, uma vez que, nele, foi inaugurado o Cine-Teatro Sete de Setembro, considerado, à época, como um

dos mais modernos espaços para projeção cinematográfica na conjuntura estadual, bem como foi fundado o Clube de Cinema do Rio Grande, cuja congregação dos associados tinha por fim primordial a difusão e a divulgação da arte cinematográfica. Apresentar uma breve notícia a respeito do primeiro evento e um estudo introdutório sobre o Clube de Cinema constitui o objetivo deste trabalho.

Em edição de dezembro de 1949, o jornal rio-grandino *O Tempo* noticiava a inauguração do novo Cine-Teatro Sete de Setembro, ocorrida no mês anterior, considerando-o como o mais moderno do Rio Grande do Sul⁴⁶. Segundo a folha, o “espírito dinâmico” que levaria ao empreendimento contara com o amplo apoio dos senhores F. Cupello e Cia., proprietários do Circuito Glória de cinema, dando-se aquela instalação no mesmo lugar onde, por muitos anos, servira à comunidade o “velho” e “tradicional” Teatro Sete de Setembro, devendo as “gerações vindouras” tomar conhecimento do que representara aquele “cometimento” em pleno século XX.

Estabeleceu o jornal um breve histórico sobre as atividades desenvolvidas no Teatro Sete de Setembro desde 1832. A substituição do tradicional e histórico pelo novo e moderno, não deixaria de ser marcada por manifestações contrárias, como rapidamente chamou atenção a publicação rio-grandina, ao referir-se à data da

⁴⁶ Todas as referências às notícias sobre a inauguração do Cine-Teatro Sete de Setembro foram estabelecidas a partir da matéria “Ecos da inauguração do Novo Cine-Teatro Sete de Setembro, o mais moderno do Rio Grande do Sul”. In: *O Tempo*. Ano 43, Nº 506. Rio Grande, 3 dez. 1949. p. 2-4.

demolição do “velho teatro”, em janeiro de 1946, que ocorrera sob os “protestos de nossos avós”, no entanto, a tradição seria inexoravelmente vencida pelo espírito da modernidade. Destacava a folha que a inauguração, em novembro de 1949, ocorrera na presença das “altas autoridades” municipais e estaduais, dos “homens da imprensa”, do “povo” e de “senhoras e senhoritas”, com corte de fita simbólica e discursos, e, sendo a primeira sessão gratuita, com a presença de grande público, comparecendo “gente de todos os credos”, vinda de “todos os pontos da cidade”, lotando a nova casa de espetáculos, para apreciar a produção italiana “Os Palhaços”, a qual teria agradado plenamente.

O grande destaque do jornal *O Tempo* ficava por conta dos detalhes do novo prédio, noticiando que para a construção haviam sido invertidos mais de dois milhões de cruzeiros. Explicava que o prédio dispunha de “duas lindas fachadas”, acima, a entrada, pela Rua General Bacelar, e, em baixo, a saída, pelo Largo Júlio de Castilhos. A descrição do novo cinema passava pela sala de projeções, onde estavam as plateias alta e baixa, destacando a ausência de colunas nesta, o que evitava qualquer obstáculo à visibilidade, aspecto complementado pelo piso que, em forma côncava, garantia ao espectador uma boa visão em qualquer ponto no qual se encontrasse da plateia. O forro, as formas de iluminação e de renovação do ar, as escadas, os corredores, as portas e janelas, a sala de projeções e o palco foram também alvos da detalhada descrição do representante da imprensa rio-grandina, que ainda dizia que a casa cinematográfica permitia confortável acomodação para mil e trezentas pessoas.

O Tempo dava amplo destaque ainda para a vitória da modernidade tecnológica como referencial para a nova edificação, vindo parte do material do exterior e de fora do Estado, fazendo o jornal também questão de chamar atenção para o fato de que muitos dos “progressos” ali empregados haviam sido obtidos na própria comunidade rio-grandina, sinal dos tempos de uma época de prosperidade da cidade portuária e seus empreendimentos comerciais e industriais, como a firma Wigg e Cia., que fornecera parcela do cimento empregado e a Bromberg S.A. que obtivera toda a ferragem e parte do material elétrico⁴⁷. As passadeiras, tapetes e cortinas, eram da “tradicional” e “incomparável” marca Rheingantz, sendo produzidas na

⁴⁷ Ainda a respeito da participação de rio-grandinos na edificação do prédio, o jornal destacava: A construção do teatro, em boa hora, foi confiada a um dos mais competentes construtores da cidade, o nosso conterrâneo sr. Horácio Rocha, que alia às suas altas qualidades de mestre em construções uma honestidade digna de todos os elogios. Horácio Rocha tem na construção do 7 de Setembro o seu melhor e, assim, se perfilou entre os grandes construtores do Brasil. É preciso que todo o Rio Grande do Sul e também o Brasil, fique sabendo que toda a aparelhagem de som, foi fabricada no Rio Grande, pelo nosso conterrâneo sr. Egon Geiger, indiscutivelmente autoridade no gênero e para que a sua função fosse facilitada a empresa proprietária montou nesta cidade uma moderna oficina, a qual atende todo o serviço do Circuito Glória no Rio Grande do Sul. O sistema de som é Klang-Film e o público e os nossos leitores são, pois, os juízes no assunto, pois eles é que podem dizer se a aparelhagem de som é boa ou não, e, como temos ouvido as melhores referências, felicitamos o sr. Egon Geiger.

“grande fábrica local”, e “uma das melhores do Brasil”, União Fabril. Destacou ainda a folha o material e a procedência do forro, dos vidros, dos projetores R.C.A. Victor, do assoalho, do mobiliário, do revestimento das salas, das cadeiras e do pano de boca.

A publicação rio-grandina fazia referência também à presença de representantes de vários veículos jornalísticos no local, o que servira para divulgar o fato de que o novo Cine-Teatro era “um dos melhores do país”, pelas suas instalações, pela sua disposição, pela qualidade do som, pelo conforto e por contar com saídas independentes fato pouco comum entre as “casas do gênero” de então. Finalmente, *O Tempo* felicitava os responsáveis pelo empreendimento pela inauguração da “melhor casa de projeções” do Estado, a qual viria a se constituir em mais um elemento em prol da “divulgação cultural do nosso povo”.

Toda essa perspectiva modernizadora a partir da presença de uma nova casa cinematográfica seria complementada por outro fator. Assim, também no ano de 1949 ocorreria mais evento que demonstrava a forte presença desse tipo de atividades junto à comunidade rio-grandina, com a fundação do Clube de Cinema do Rio Grande (CCRG). A formação de clubes, com os mais variados fins, era já uma antiga tradição na cidade portuária, tendo sido fundadas e se desenvolvido várias associações clubísticas, de fundo esportivo, recreativo, carnavalesco, corporativo, filantrópico, científico, lúdico, entre outros, algumas com duração mais efêmera, outras bastante longevas. Nesse sentido, o jornal *Rio Grande* de 30 novembro de 1949 noticiava que, à noite daquele dia, no Clube Caixeiral, haveria uma reunião para a fundação do Clube de Cinema, constando da ordem do

dia a apresentação do anteprojeto dos estatutos e a estruturação geral da sociedade⁴⁸.

Oito anos após a sua fundação, com um certo período de suspensão de atividades, o Clube de Cinema passaria por uma reordenação, renovando-se inclusive em seus fundamentos estatutários. A folha rio-grandina *O Tempo*, em 30 de novembro de 1957, apresentava a convocação de Assembleia Geral para os sócios do clube, na noite daquela data, novamente no Clube Caixeiral, visando a tratar da reorganização do clube, do estudo, debate e aprovação de seus novos estatutos e da eleição da Diretoria para o próximo mandato⁴⁹. Nessa ocasião foram aprovados os Estatutos Sociais do Clube de Cinema do Rio Grande, nos quais ficariam definidos os objetivos, o quadro de sócios, com seus direitos, deveres e penalidades, as funções da Diretoria, e a realização de assembleias e eleições.⁵⁰

Refletindo o contexto histórico no qual fora fundado, marcado pelas sequelas da II Guerra Mundial, na abertura de suas ordens estatutárias, os

⁴⁸ *Rio Grande*. Ano 36, Nº 233. Rio Grande, 30 nov. 1949. p. 2. Segundo o jornal, a Comissão Organizadora do Clube de Cinema era formada por Hélio Costa, Álvaro Delfino, Pedro Rangel, Acy Rodrigues, Rubens Cardoso e Roberto E. Xavier.

⁴⁹ *O Tempo*. Ano 50, Nº 331. Rio Grande, 30 nov. 1957. p. 3. A convocação apresentava os integrantes da Comissão Reorganizadora: Fernando Braff Henning, Melik Curi, Iunen Nader, Rubens Cardoso e Celso dos Santos Souza.

⁵⁰ Todas as citações referentes à organização estatutária foram elaboradas a partir de: Clube de Cinema do Rio Grande - Fundado em 30-11-49 - Estatutos Sociais - Aprovados em Assembleia Geral realizada em 30 de novembro de 1957 (acervo da Biblioteca Rio-Grandense).

organizadores do clube esclareciam que o mesmo compunha-se de um número ilimitado de sócios, sem distinção de raça, nacionalidade ou religião que se associaram com sede e foro na cidade do Rio Grande. Dentre as finalidades do Clube de Cinema estavam a difusão das lides de cine e foto, bem como o apoio técnico aos associados, expressando-se que se visava a proporcionar aos associados a divulgação da arte cinematográfica e fotográfica, incrementar o amadorismo e manter os órgãos técnicos capazes de auxiliar os associados nas suas dificuldades. A formação de um acervo também estava dentre os fins do clube, pretendendo-se manter uma filмотeca especial e geral, de filmes tirados por seus associados ou adquiridos das fábricas, bem como, álbuns e quadros expositivos de fotografias cedidas por seus sócios, além de assinar jornais e revistas técnicas das artes cine e fotográficas, mantendo uma biblioteca especializada sobre a matéria. Finalmente, a associação tinha também por objetivo, facilitar a negociação de equipamentos junto ao mercado, intentando servir de intermediário entre as fontes fornecedoras de material e aparelhagem cine e fotográfica a seus associados, no sentido de facilidades e modicidade de preços, bem como, pleiteando isenções de direitos, impostos e taxas junto aos Poderes Públicos.

Outro elemento demarcado nos estatutos que bem representava a conjuntura pós-guerra de então, assim como as próprias agitações políticas existentes no cenário nacional estava ligado ao fato de que ficava expressamente proibido, sob pena de exclusão, qualquer debate de caráter político ou religioso, ou ainda que tivesse por finalidade “questões de nacionalidade”, dentro das sessões de Diretoria, assembleias ou no

recinto do clube; além disso, também ficava vetada a participação de sócios estrangeiros nos quadros da Diretoria. O Clube de Cinema era formado por seis categorias de sócios, os fundadores, os beneméritos, os remidos, os efetivos, os honorários e os correspondentes. Eram sócios fundadores aqueles que subscreveram os estatutos do CCRG na Assembleia Geral realizada em novembro de 1949; eram beneméritos aqueles que viessem a fazer jus desse título por atos de relevante interesse à vida do clube; remidos eram os que pagavam de uma só vez a importância da contribuição ao clube; os efetivos eram os que, aceitos em sessão da Diretoria, pagariam sua contribuição mensal à caixa social do CCRG; honorários eram aqueles que, não pertencendo ao quadro social, a juízo da Assembleia Geral, fosse concedido tal título por relevantes serviços prestados ao desenvolvimento e brilhantismo do clube; já os correspondentes eram os que, residindo em outra cidade, prestassem serviços ao clube como seu intermediário e representante junto a outras entidades.

Ainda quanto ao quadro social, era garantido às famílias dos sócios, de qualquer categoria, o direito de frequentarem o clube, assistindo os seus espetáculos e tomando parte em suas festas. Os novos sócios eram aceitos mediante preenchimento de uma autoproposta, onde deveriam aparecer idade, filiação, estado civil, nacionalidade, qual o Departamento do CCRG a que iria se dedicar – foto ou cine, podendo ser um ou outro, ou ainda a ambos –, quais os aparelhos possuía, local da cobrança da mensalidade, profissão e residência; sendo a aceitação dos mesmos dependente do pronunciamento da Diretoria, em escrutínio e sessão secretos. Aos sócios eram cobradas joias de admissão e mensalidades.

Todos os sócios do CCRG tinham direito a votar e serem votados para os encargos administrativos, ressalvadas as restrições quanto a estrangeiros (à exceção dos honorários); a recorrer das decisões da Diretoria para a Assembleia Geral; a reclamar por meios hábeis, a quem de direito, o exato cumprimento dos pressupostos estatutários e do regulamento interno; a usufruir das vantagens oferecidas pelo clube relativamente à aquisição de material, aparelhamento, aulas técnicas, biblioteca, festas, concursos, exposições de filmes, exposições e uso do material do clube, uma vez autorizado por quem de direito; a frequentar, com sua família, o clube em suas festas, exposições, concursos e outros. Dos sócios fundadores era direito exclusivo o de opinar, favorável ou desfavoravelmente, obrigatoriamente por escrito, sobre a realização de Assembleia Geral que viesse a tratar da extinção do clube.

Eram deveres de todos os sócios contribuir com a mensalidade estipulada e joia determinada; observar fielmente os princípios estatutários e os regulamentos internos; subordinar-se às decisões da Diretoria e às da Assembleia Geral; manter sempre compostura, cortesia e urbanidade indispensáveis nas relações entre sócios e terceiros, principalmente dentro da sede do CCRG; aceitar e exercer com zelo e dedicação os cargos ou comissões para o qual for eleito ou convidado; não exibir publicamente os seus filmes (cine), sem que antes o Departamento Técnico competente o autorize, sob risco de, na reincidência, ser-lhes aplicadas penalidades, excluindo-se dessa obrigação as fotografias de sócios, que poderiam ser expostas independentemente, ou participar de concursos externos, desde que nas fotos

expostas fosse consignado claramente em local perfeitamente visível a qualidade de sócio do CCRG.

Quanto às penalidades, os sócios eram passíveis das mesmas, impostas por decisão de maioria em sessão da Diretoria, por votação secreta, conforme suas infrações. Aos sócios que transgredissem as determinações estatutárias ou dos regulamentos internos, bem como as decisões da maioria, fosse da Diretoria, fosse da Assembleia Geral, seriam aplicadas as penalidades de admoestação por escrito, suspensão até noventa dias ou eliminação. Já aos sócios que viessem a causar prejuízos ao clube, por trato descuidado, perda, desvio ou qualquer outro dano ao material e patrimônio, seria aplicada multa ao montante do valor do prejuízo causado, verificado pela reposição do objeto estragado.

A estrutura administrativa do CCRG ficava a cargo da Diretoria, composta por seis membros eleitos com mandatos de um ano, ou seja, o Presidente, o Vice-Presidente, o 1º e o 2º Secretários, e o 1º e 2º Tesoureiros, além do Diretor do Departamento de Cine, do Diretor do Departamento de Foto e o Diretor Social, os três nomeados pelo Presidente; havendo também um Conselho Fiscal, composto por três sócios, eleitos e empossados no mesmo dia dos demais membros da Diretoria. Eram atribuições da Diretoria reunir-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que preciso; admitir e demitir funcionários; organizar e alterar os regulamentos internos do clube, tendo cada um dos seis membros suas competências específicas.

Já ao Diretor do Departamento de Cine competia dar toda a assistência técnica aos associados; orientar os trabalhos de filmagens aos sócios, indicando-

lhês os meios mais seguros e práticos para a obtenção de boas cenas, ensinando-lhes a técnica cinematográfica; organizar a filмотeca do clube, possuindo tudo em devida ordem; ter sob sua guarda e responsabilidade pessoal os aparelhamentos cinematográficos e demais acessórios relativos à técnica de cinema; organizar projeções e concursos entre os associados. O Diretor do Departamento de Foto deveria realizar estas atividades transpostas para a arte e técnica fotográfica, além de organizar concursos entre os associados, bem como exposições de fotos, com os melhores trabalhos. As atribuições do Diretor Social eram as de dirigir a parte social do clube, organizando reuniões, festas, determinando providências de ordem social e protocolar, de forma que o clube se apresentasse sempre em boas condições, dentro de um ambiente de franca amizade, harmonia e urbanidade; além de prestar assistência e auxílio aos Diretores dos Departamentos de Cine e Foto, na organização de suas projeções, exposições e concursos.

Os Estatutos do CCRG previam ainda as atividades das Assembleias Gerais, as quais só poderiam ser realizadas a partir da publicação de convite pela imprensa, ou por meio de carta registrada, ou ainda por outro meio legal, como o protocolo devidamente assinado pelos sócios, convite o qual deveria ser feito com antecedência de pelo menos três dias e que esclareceria os assuntos a serem tratados na Assembleia, durante a qual só poderiam ser tratados aqueles que estavam contidos na ordem dia, não sendo permitida a inclusão de outros. Ficavam também determinadas as regras para as eleições e posse para os cargos de Diretoria e Conselho Fiscal, as quais seriam feitas por

escrutínio secreto, em Assembleia Geral para esse fim convocada. Ainda nos estatutos se faziam presentes determinações quanto ao patrimônio social, à receita e à despesa do CCRG. Nas disposições gerais dos Estatutos Sociais, ficava expresso, entre outros, que, uma vez aprovada a extinção do clube, seu patrimônio seria entregue em custódia à “Biblioteca Pública”, que o conservaria em seu poder até fundação de novo clube com as mesmas finalidades do presente; que o CCRG poderia ser filiado, associado ou correspondente de outros similares no país; que os regulamentos internos eram de competência e aprovação da Diretoria; e que o CCRG possuiria bandeira, flâmula e distintivo.

Por ocasião da reunião que promoveu a reorganização do Clube de Cinema, ao final de 1957, o jornal *Rio Grande* comentava que só tinha palavras de elogio para aquele grupo de rio-grandinos que se mostrava disposto a preencher uma sensível lacuna no setor cultural da comuna. Segundo a folha, naquele momento, o cinema já não era mais considerado como um simples passatempo, mero divertimento, devendo, isto sim, ser encarado, também como arte e para isso, em quase todas as cidades principais do país, via-se surgir os clubes de cinema, com o fito de educar o espectador. Ainda na perspectiva do periódico, o clube de cinema não deveria ser uma entidade estática, devendo agir, e esperando-se que a futura diretoria do CCRG estabelecesse um intenso programa de realizações, propiciando aos seus associados a exibição de obras cinematográficas de importância para estudo e compreensão da Sétima Arte⁵¹.

⁵¹ *Rio Grande*. Ano 44, Nº 292. Rio Grande, 30 nov. 1957. p. 3.

Assim, a virada dos anos quarenta para a década seguinte marcava ainda uma fase de razoável esplendor da economia rio-grandina, refletindo-se isso nas manifestações culturais citadinas, notadamente no que tange aos veículos de informação. Nesse contexto, o cinema viria a ocupar um espaço significativo nessa época como um dos principais meios de comunicação de massa de então, tratando-se, desse modo, de uma forma especial de comunicação dirigida ao grande público, isto é, a um número de seres humanos vasto, heterogêneo e anônimo, ou seja, se dirigindo a uma multidão de indivíduos, através dos meios técnicos de transmissão do som e da imagem⁵². Quando a imprensa escrita já era longeva e tradicional e a radiofonia se consolidava junto à comunidade portuária, o cinema passava a desempenhar crescentemente não apenas uma função de entretenimento, bem como a da divulgação de informações, uma vez que as atividades cinematográficas já não se limitavam só às ficções, pois, todas as semanas, apresentavam atualidades filmadas e reportagens com imagens⁵³.

Nessa conjuntura, a cidade do Rio Grande mostrava também um certo pioneirismo no que se refere às práticas cinematográficas, acompanhando as transformações pelas quais passava a “sétima arte”, em

⁵² GINER, Salvador. Comunicação de massa. In: SILVA, B. (coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 227.

⁵³ PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: PROST, A. & VINCENT, G. (orgs.). *História da vida privada: da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. p. 147.

um processo pelo qual as mudanças não se davam apenas no que se referia à criação, tornando-se o cinema e tudo que dele derivava (televisão, vídeo) a arte central do século, bem como nele refletia-se a maneira como os seres humanos percebiam a realidade e sentiam as obras de criação⁵⁴. Nas abordagens históricas acerca do cinema pode-se focalizar o seu estudo pelo menos em duas vertentes – história do cinema⁵⁵, ou história e cinema⁵⁶ – ou seja, observa-se uma dupla perspectiva – a de sua organização e instrumentação técnica e a de suas consequências sociais, suas inter-relações com a estrutura e o processo social⁵⁷. Este trabalho trata-se apenas de um breve estudo introdutório, apresentando o dia da inauguração de um dos mais importantes cinemas

⁵⁴ HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. p. 501.

⁵⁵ A respeito ver: CARNES, Mark C. (org.). *Passado imperfeito: a história do cinema*. Rio de Janeiro: Record, 1997.; GODARD, Jean-Luc. *Introdução a uma verdadeira história do cinema*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.; SADOUL, Georges. *História do cinema mundial: das origens aos nossos dias*. Lisboa: Horizonte, 1983.; SADOUL, Georges. *Cinema: su historia y técnica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1952.; e ZÚÑIGA, Angel. *Una historia del cine*. Barcelona: Ediciones Destino, 1948.

⁵⁶ Sobre esta vertente ver: FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade. In: LE GOFF, J. & NORA, P. (dir.). *História: novos objetos*. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 199-215.; FERRO, Marc. *Cinema e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.; e FERRO, Marc. *Historia contemporánea y cine*. Barcelona: Ariel, 1995.

⁵⁷ BARTOLOMÉ, Juan Manuel Garcia. Cinema. In: SILVA, B. (coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 186.

SOCIEDADE E CULTURA NA CONJUNTURA RIO-GRANDINA:
ESTUDOS HISTÓRICOS

rio-grandinos e abordando o Clube de Cinema do Rio Grande, em suas atividades de apoio, pedagógicas e visando a congregar os cinéfilos da cidade. Muito ainda há para se edificar a respeito do tema, mormente através da História Oral, em análises que virão a complementar, detalhar e/ou contrariar este simples bosquejo introdutivo⁵⁸.

⁵⁸ Publicado originalmente em: *Cinema e comunicação na cidade do Rio Grande*. Rio Grande: FURG, 2002. p. 99-109.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025

